



FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA IBIAPABA

“PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL”

**IPU – CE
2024**

APRESENTAÇÃO

Este projeto está elaborado em paralelo ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O intuito é que a instituição tendo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) contemporâneo para que possa se aparelhar e superar os obstáculos e liderar mudanças em seu segmento. Assim, é importante ver a educação sob uma dimensão ética e cultural que possibilite os meios para que cada pessoa compreenda o outro em suas especificidades e de entender o mundo de uma sociedade caótica em busca de unidade.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art.12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Assim o objetivo primax deste PPI é situar a instituição para assumir como uma de suas principais tarefas o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa, de forma que o conjunto de inter-relações e responsabilidades se materialize na contemporaneidade e a preparar para a liderança em ambientes de mudanças e transformações contínuas.

O PPI deve: traduzir a história da instituição; constar como parte integrante do PDI; orientar os documentos normativos da instituição; ser elaborado a partir de seus princípios norteadores; explicitar suas convicções ideológicas; enuncia os propósitos gerais que orientam a prática da instituição e justificam sua estrutura organizacional, em que são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade acadêmica, as formas de participação e os mecanismos de tomada de decisão.

O PPI pode ser considerado político porque diz respeito a arte e a ciência de governar; ele prevê e dá uma direção a gestão da instituição. É Pedagógico porque oportuniza a reflexão sistemática, dando sentido e rumo as práticas educativas, contextualizadas cultural e socialmente. Portanto, as trajetórias e decisões referendadas pela instituição são político-pedagógicas, pois refletem as orientações assumidas pelos profissionais colaboradores.

A principal marca da FAEDI tem base sólida no foco na democratização do ensino superior, nas oportunidades as camadas menos favorecidas da população, na dinâmica dos seus

currículos sempre voltados as inovações tecnológicas, as mudanças sociais e adequados ao desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população.

A viabilização dessa proposta está embasada nos objetivos, na visão e na missão institucional da FAEDI, através do cenário delineado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e do planejamento global e participativo, da implantação e da implementação de um conjunto de ações e de processos contínuos de avaliação, já que, o Projeto Pedagógico da Instituição - PPI investe no ideal de uma nova sociedade e no reconhecimento claro de atendimento às necessidades sociais dos seres humanos, que consiste basicamente na oferta da formação profissional à população que busca e precisa encontrar formas de sobrevivência e de convivência com dignidade e bem estar e precisa ser entendido como uma maneira de situar-se em um horizonte de possibilidades.

O objetivo principal da FAEDI é colaborar para o desenvolvimento econômico, social, ambiental, científico e cultural da região, formando profissionais éticos, responsáveis, críticos, empreendedores, inovadores, criativos e tecnicamente competentes na sua área de atuação, conscientes de sua função transformadora e articulados com o momento histórico. Para alcançar seu objetivo, foram adotadas importantes políticas, não só educacionais, bem como linhas de trabalho que estarão explicitadas ao longo do documento.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	6
1.1	<i>Inserção Regional</i>	11
2	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	14
2.1	<i>Princípios Filosóficos e Metodológicos</i>	15
2.2	<i>Metodologia no Processo de Ensino e Aprendizagem</i>	18
2.3	<i>Modelos Educacionais</i>	19
2.4	<i>Objetivos do Ensino e Aprendizagem</i>	22
2.5	<i>Avaliação no Processo de Ensino e a Aprendizagem</i>	23
2.6	<i>Indissociabilidade entre Ensino, Iniciação Científica e Extensão</i>	26
2.7	<i>Excelência Acadêmica</i>	29
2.8	<i>Diretrizes Didático-Pedagógicas</i>	30
2.8.1	Currículo	30
2.8.2	Organização Curricular	31
2.8.3	Concepção do Currículo e Orientação Curricular	32
2.8.4	Estrutura Curricular e Coerências com as Diretrizes Curriculares Nacionais	33
2.8.5	Seleção de Conteúdos e Elaboração das Unidades Curriculares	34
2.8.6	Coerência entre Contexto Educacional, Competências, Diretrizes, Unidades Curriculares e Perfil Profissional do Egresso	35
2.8.7	Flexibilização dos Componentes Curriculares	36
2.8.8	Interdisciplinaridade	38
2.8.9	Transversalidade	40
2.8.10	Atividades Práticas e Estágios Supervisionados	40
2.8.11	Trabalho de Conclusão de Curso	41
2.8.12	Atividades Complementares	44
2.8.13	Projetos Integradores	45
2.8.14	Atualização Curricular	46
2.8.15	Incorporação de Avanços Tecnológicos	47
2.9	<i>Perfil dos Cursos</i>	49
2.10	<i>Acesso aos Cursos</i>	51
2.11	<i>Perfil Profissional do Egresso</i>	51
3	POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS	54
3.1	<i>Política de Ensino de Graduação e Pós-Graduação</i>	54
3.2	<i>Política de Iniciação Científica</i>	61
3.3	<i>Política de Extensão</i>	63
3.4	<i>Inovações Pedagógicas</i>	65

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

a) Histórico da mantenedora

O contexto que fomenta a construção histórica da Faculdade de Educar da Ibiapaba-FAEDI, tem como alicerce o que almeja a educadora MARIA SOCORRO RODRIGUES ARAÚJO – Pedagoga, Educadora por muitos anos na Educação Básica em escolas públicas; especialista em Gestão Escolar, atuou como gestora escolar, também na rede pública, e gestora de toda a rede pública na cidade de Ipu-CE; destaca-se também a formação acadêmica em curso de pós-graduação em Letras, o que demonstra que a referida professora sempre esteve buscando no campo educacional os meios que a fizessem se desenvolver em seu campo profissional. Além da experiência na Educação Básica, a professora Corrinha, como é conhecida em sua trajetória profissional, nos últimos anos têm somado à sua experiência como Educadora e Gestora, a sua atuação, nesses dois âmbitos, no campo da Educação Superior, nas modalidades presencial e EaD.

Dessa forma, principalmente no que diz respeito ao encontro dessas duas experiências, ou seja, de um lado a Educação Básica, enquanto Educadora e Gestora, e de outro o Ensino Superior, enquanto professora, gestora e empreendedora, nasceu a FAEDI, uma IES que tem como alicerce a plena seriedade em termos de gestão acadêmico-administrativa.

Em sua gênese, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira em todos os seus níveis e a certeza de que somente a partir dela será possível construir um mundo justo e igualitário. Ressalte-se que a reunião da educadora aqui explicitada, junto com outros profissionais e empreendedores da educação do Estado do Ceará, tem uma sólida perspectiva acerca de sua realidade e de suas metas educacionais, constituindo a partir do seu PDI e dos PPCs dos cursos inicialmente autorizados, um marco diferencial na gestão de IES.

Nesse sentido, a FAEDI foi criada e se desenvolverá a partir da reunião de educadores de faixas etárias, experiências, formações e histórias diversas, porém todos centrados em construir uma IES que ofereça cursos de graduação e pós-graduação às diversas classes de cidadãos cearenses para que se insiram e/ou retornem ao mercado de trabalho cientes de seus papéis como seres

sociais e históricos, ou seja, capazes de mudar as suas histórias, bem como da sociedade em que se inserem, seja em nível local ou global.

b) Identificação da mantenedora

Mantenedora	CENTRO DE FORMAÇÃO UNIVERSE EIRELI - ME			
CNPJ	23.946.142/0001-41			
End.:	Rua Dona Maria Corrêa	n.:	126 8	
Bairro:	Centro	Cidade:	Ipu	CEP: 62250-000 UF: CE
Fone:	(88) 99698 7220		Fax:	(88) 98188 5629
E-mail:	Corrinha-araujo@hotmail.com		Site:	www.faedi.edu.br

c) Dirigente principal da mantenedora

Nome:	Maria Socorro Rodrigues Araújo			
CPF	220.727.133-15			
End.:	Rua Sebastião Elmiro de Sousa	n. :	609	
Bairro:	Centro	Cidade:	Ipu	CEP: 62.250-000 UF: CE
Fone:	(85) 988872519		Fax:	
E-mail:	corrinha-araujo@hotmail.com			
Site:	www.faedi.edu.br			

d) Histórico da mantida

A Faculdade de Educação da Ibiapaba- FAEDI, é uma instituição de Ensino Superior privada, com limite territorial de atuação circunscrita ao município de Ipu, no Estado do Ceará. Está localizada na CE 187, KM 231, bairro: Mina na cidade de Ipu-CE, região Noroeste do estado do Ceará, exatamente a 295 Km de Fortaleza, capital Cearense. Sendo mantida pelo INSTITUTO DE EDUCACAO EDUCAR EIRELI - ME, CNPJ: 23.946.142/0001-41, Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil.

A FAEDI nasceu do sonho de interiorização do Ensino Superior, sustentado por seus idealizadores, em especial a professora Maria Socorro Rodrigues Araújo, oportunizando assim muitos jovens que não têm condições de se deslocarem ou até mesmo de residirem em grandes centros.

Nesse cenário começava a se desenhar uma empresa de educação superior em solo Ipuense, cujo produto são os serviços educacionais de nível superior, pagos, mas na conformidade da lei maior da educação vigente no país - a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB. Instituição de Ensino Superior privado e alma nordestina, a FAEDI traz, desde o seu nascer, a missão de contribuir para o crescimento do Município de Ipu e do Estado do Ceará. Ipu é uma região que vem experimentando um crescimento socioeconômico estando localizada no sopé da Serra da Ibiapaba, aqui justificando o nome da Instituição.

A FAEDI iniciou suas atividades acadêmicas em 2021, credenciada pela Portaria MEC nº 617, de 09 de agosto, publicada no Diário Oficial da União (DOU), Seção 01, nº 151 de 11 de agosto de 2021, com Autorização dos Cursos de Bacharelado em Direito e Enfermagem, através da Portaria MEC nº 881, de 18 de agosto de 2021.

Em 2023 a FAEDI através do processo de Unificação de Mantidas, incorpora os Cursos de Bacharelado em Psicologia, Autorizado através de Portaria MEC nº 1.852, de 29 de outubro de 2019 e Licenciatura em Pedagogia, Autorizado através da Portaria MEC nº 1.169, de 22 de outubro de 2021. Ainda em 2023 a FAEDI recebe Autorização para o Curso de Bacharelado em Farmácia, através da Portaria MEC nº 438, de 17 de novembro de 2023.

A educação na FAEDI é referência na formação de profissionais nas áreas de atuação com as quais mantém o compromisso e responsabilidade de qualificar, de forma consciente, com a perspectiva de constante evolução, sempre buscando aprendizagem e novos conhecimentos para superar os desafios da contemporaneidade, acolhendo discentes da região de Ipu, Ipueriras, Nova Russas, Hidrolândia, Pires Ferreira, Varjota, Reriutaba, Guaraciaba do Norte e Croatá da Serra.

e) Identificação da mantida

Mantida:	Faculdade de Educação da Ibiapaba– FAEDI						
CNPJ	23.946.142/0001-41						
End.:	CE – 187, KM 231				n.:	s/n	
Bairro:	Mina	Cidade:	Ipu	CEP:	62250-000	UF:	CE
Fone:	(88) 996987220			Fax:			

E-mail: faedi.direcao2021@gmail.com **Site:** www.faedi.edu.br

f) Base legal da Mantida

A Faculdade de Educação da Ibiapaba, está Credenciada para Educação na Modalidade Presencial, através da Portaria MEC n° 617, de 09 de agosto de 2021, publicada no D.O.U. em 11/08/2021. Em 2023, a FAEDI foi Unificada através da Portaria MEC n° 45, de 31 de março de 2023.

g) Dirigente principal da mantida

Nome:	Maria Socorro Rodrigues Araújo						
CPF	220.727.133-15						
End.:	Rua Sebastião Elmiro de Sousa					n. :	609
Bairro:	Centro	Cidade:	IPU	CEP:	62.250-000	UF:	CE
Fone:	(85) 988872519			Fax:			
E-mail:	corrinha-araujo@hotmail.com						
Site:	www.faedi.edu.br						

h) Filosofia da FAEDI

- **Missão**

A FAEDI tem por missão: ***“Formar profissionais através da excelência acadêmica, comprometidos com o desenvolvimento e transformação da sociedade.”***

- **Visão**

Tem como visão: ***“Consolidar-se como Instituição de Ensino Superior através de uma educação de excelência convergente com as demandas regionais.”***

- **Valores**

Além de sempre prezar por sua missão e visão, suas atividades serão realizadas tendo como princípios que norteiam as práticas de toda a comunidade acadêmica, os seguintes valores: ***“Ética; Excelência; Pluralidade; Comprometimento; Inovação; Comunicação, Solidariedade e Responsabilidade Socioambiental.”***

- **Objetivos**

A FAEDI tem por objetivos:

- I. Formar profissionais nas áreas de conhecimento dos cursos por ela ministrados, aptos para a inserção no mundo do trabalho e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para formação continuada;
- II. Realizar e incentivar as atividades criadoras, estimulando vocações e organizando cursos, particularmente vinculados às necessidades regionais e nacionais;
- III. Incentivar e apoiar à iniciação científica e à produção acadêmica;
- IV. Incentivar praticar investigativas, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- V. Promoção a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.
- VI. Promover a extensão à comunidade interna e externa, realizando cursos e oferecendo

- serviços especiais, contribuindo, continuamente, para a solução dos problemas que afetam a vida comunitária;
- VII. Promover a cooperação com a comunidade local, regional e nacional como organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de direito público ou privado em matérias vinculadas aos seus fins e às suas atividades;
 - VIII. Estimular o conhecimento dos problemas inter-relacionados com a conjuntura global, e simultaneamente prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação e reciprocidade;
 - IX. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 - X. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, publicações ou outras formas de comunicação;
 - XI. Firmar intercambio com outras IES nacionais e internacionais objetivando ampliar o conhecimento dos seus corpos docente e discente.
 - XII. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
 - XIII. Oferecer condições para educação continuada do seu corpo docente e técnico-administrativo; e,
 - XIV. Ampliar o processo permanente de avaliação institucional.

1.1 Inserção Regional

O Estado do Ceará está localizado ao norte da Região Nordeste do Brasil, sendo composto por 184 Municípios e 843 distritos, fazendo divisa com os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba

ao leste, ao sul com o Estado de Pernambuco e a oeste com o Estado do Piauí. Em relação a extensão territorial abrange uma área de 148.825,6 km², o que equivale a 9,57% da área pertencente à região Nordeste e a 1,74% da área do Brasil. Além disso, o Estado do Ceará detém a quarta extensão territorial do Nordeste, sendo o 17º colocado entre os estados brasileiros em termos de superfície territorial. A sua população em 2010 totalizou 8.452.381 habitantes, representando, segundo dados do IBGE, 4% da população nacional.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o Estado do Ceará é composto atualmente por sete (7) Mesorregiões segundo a divisão do IBGE. São elas:

- Mesorregião do Centro-Sul Cearense
- Mesorregião do Jaguaribe
- Mesorregião Metropolitana de Fortaleza
- Mesorregião do Noroeste Cearense
- Mesorregião do Norte Cearense
- Mesorregião dos Sertões Cearenses
- Mesorregião do Sul Cearense

As Mesorregiões por sua vez são divididas geograficamente por Microrregiões, no Estado do Ceará atualmente existem 33 Microrregiões, que junta aglomeram 181 dos 184 municípios do Estado.

Antes de adentrarmos no aspecto loco-regional propriamente dito, devemos frisar o papel que o aporte de investimentos na educação tem em transformar a realidade de locais isolados, como é o caso da cidade de Ipu e região. Sabemos que as regiões Norte e Nordeste sofreram por muito tempo um abandono do estado brasileiro, com déficits significativos na educação, saúde, segurança pública e qualidade de vida em geral comparada às demais regiões do País, contudo, nos últimos anos mudanças nesse cenário estão ocorrendo, as regiões supracitadas começaram a receber uma maior atenção do estado e pouco a pouco vão galgando seu espaço em âmbito nacional.

Pode-se destacar que a região possui grandes atrativos naturais, especificamente parques naturais com trilhas e cachoeiras que conferem a um destaque à paisagem. O turismo é um dos pilares fortes da Região da Ibiapaba, o município de Ipu, por exemplo, conta com visitas de

pessoas que chegam de diversos lugares do mundo para conhecer de perto os pontos turísticos como a famosa Bica de Ipu, além disso, outros locais procurados pelos visitantes são: Casa de Pedra, riacho São Francisco, cachoeiras como a do Urubu e do Engenho dos Belém e os açudes S. Bento e Bonito.

A área de atuação direta da IES é a Serra da Ibiapaba, Região Norte do estado do Ceará, compreendendo 13 (treze) municípios com uma população estimada, segundo o (IBGE 2017), em 396,525 mil habitantes. Sua área de atuação ampliada compreende aproximadamente 20 municípios com uma população total de aproximadamente 692.656 mil habitantes.

Os cursos assistirão ao município sede e aos municípios do entorno, oportunizando graduação, aperfeiçoamento profissional (extensão) e inserção nas áreas de ciências jurídicas, ciências administrativas e ciências da saúde, ciências da educação, além de programas de extensão e projetos diversos.

A cidade de Ipu funciona como um dos pontos estratégicos na Região da Ibiapaba, vivendo, a população, do comércio, serviços, atividades industriais, agrícolas e agropecuárias. O índice de desenvolvimento comercial e industrial na cidade é relevante, sendo considerado uma das principais fontes de renda na Serra da Ibiapaba.

Em relação à educação, os índices apontam para uma melhoria significativa do acesso à escolaridade, diminuição da taxa de analfabetismo, aumento dos índices da aprovação em instituições de ensino e a queda nos números em abandono escolar.

Sendo assim, com a devida tomada de consciência e com o apoio irretratável das Instituições de Ensino Superior de forma que insiram profissionais qualificados no mercado de trabalho, o futuro é que tenhamos uma sociedade equilibrada e com plena capacidade de suas faculdades mentais e são profissionais pautados nesta perspectiva que os cursos da FAEDI objetivam formar profissionais que também sejam amplamente capacitados e que transformem a sua própria realidade e de seus próximos.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

A proposta pedagógica da Faculdade de Educação da Ibiapaba – FAEDI, está elaborada com o intuito de apresentar, à comunidade acadêmica, suas concepções e políticas institucionais, assim como subsidiar a elaboração e reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

O intuito é que a instituição tendo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) contemporâneo para que possa se aparelhar e superar os obstáculos e liderar mudanças em seu segmento segundo seus valores institucionais. Assim, é importante ver a educação sob uma dimensão ética e cultural que possibilite os meios para que cada pessoa compreenda o outro em suas especificidades e de entender uma sociedade inserida no mundo de VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity), em busca constante de unidade.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Assim o objetivo primax deste PPI é situar a instituição para assumir como uma de suas principais tarefas o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa, de forma que o conjunto de inter-relações e responsabilidades se materialize na contemporaneidade e a preparar para a liderança em ambientes de mudanças e transformações contínuas.

Nesse sentido, o PPI deve: traduzir a história da instituição; constar como parte integrante do PDI; orientar os documentos normativos da instituição; ser elaborado a partir de seus princípios norteadores; explicitar suas convicções ideológicas; enuncia os propósitos gerais que orientam a prática da instituição e justificam sua estrutura organizacional, em que são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade acadêmica, as formas de participação e os mecanismos de tomada de decisão.

O PPI é político porque diz respeito a arte e a ciência de governar; ele prevê e dá uma direção a gestão da instituição. É pedagógico porque oportuniza a reflexão sistemática, dando sentido e rumo as práticas educativas, contextualizadas cultural e socialmente. Portanto, as trajetórias e decisões referendadas pela instituição são político-pedagógicas, pois refletem as orientações assumidas pelos profissionais colaboradores.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o instrumento que retrata o processo consolidado de reflexão da concretização das funções de:

- Ensino, por meio da oferta de cursos que atendam às finalidades socioprofissionais e que correspondam às demandas da população estudantil e às necessidades do mundo do trabalho, inclusive as emergentes dos avanços científico-tecnológicos;
- Iniciação Científica, assumida como princípio educativo e vinculada à formação profissional, visa ao seu aprimoramento e aos avanços de qualidade, apontando caminhos para a oferta de novos cursos de graduação ou pós-graduação; e
- Extensão, inserida no currículo da formação à medida que seus projetos e ações compõem o processo de formação e oferecem oportunidades para que a Instituição, por meio de seus cursos, fortaleça a atuação profissional, fazendo cumprir o compromisso social, ético e profissional na comunidade e no trabalho.

2.1 Princípios Filosóficos e Metodológicos

A FAEDI estabeleceu os seguintes princípios pedagógicos norteadores de organização e operacionalização da sua ação educativa:

- Articulação teoria-prática: integração da teoria e da prática, por meio das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, propiciando uma atitude reflexiva e problematizadora do conhecimento pelo discente, possibilitando, assim, uma formação técnico-científica aplicável à atuação profissional;
- Interdisciplinaridade: que estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais e significa o estabelecimento de relações entre diferentes conhecimentos e áreas;
- Contextualização: perpassa os diferentes campos do conhecimento,

trabalhando a estrutura curricular de forma contínua e integradora, estabelecendo, na prática pedagógica, habilidades e competências que levam à resolução de problemas, casos ou projetos, numa relação entre o conhecimento teoricamente sistematizado (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade);

- Flexibilidade: que permite a possibilidade de atualização e diversificação de formas de produção do conhecimento e do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional, tornando a proposta curricular inovadora e transformadora; e
- Transversalidade: que possui uma visão mais adequada e abrangente da realidade, acabando com a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar.

Nesse sentido, os cursos de graduação que serão ofertados pela FAEDI se caracterizam, primordialmente, pelo uso de metodologia que estimula a solução de problemas, pela busca da integração teoria-prática e pela abordagem interdisciplinar e sociointerativa, ressaltando-se, por parte do docente, a criatividade, a inovação e a habilidade de gerar situações de aprendizagem.

Desse modo, salienta-se que os princípios metodológicos se revelam no processo de planejamento pedagógico dos cursos e disciplinas, levando em consideração as transformações no conhecimento científico e tecnológico.

Os princípios norteadores da ação metodológica consistem em:

- Respeito ao ser humano como sujeito do processo educativo;
- Superação da dicotomia teoria-prática; compreensão do processo ensino-aprendizagem, como um encontro de subjetividade;
- Fortalecimento da cultura acadêmica;
- Compromisso com a transformação do conhecimento; e
- Respeito aos valores democráticos.

Assim, busca-se promover o caráter interdisciplinar do conhecimento, considerando uma pedagogia para o desenvolvimento intelectual, formando, nos discentes, um espírito crítico-reflexivo e criador, que desafie os problemas do nosso tempo e responda as questões regionais e locais, aplicando o conhecimento estudado no interior da Faculdade. Portanto, esse modelo metodológico fomenta a inovação e a renovação do conhecimento científico, considerando a sua aplicação ética, respeitando o ser humano e o meio ambiente.

Por meio da gestão democrática e participativa, tendo como referência o cenário sociocultural, econômico, científico e educacional, a instituição define como princípios epistemológico-educacionais, entre outros:

- Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) devem ser sustentados pelo paradigma de desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes específicas quando existentes e, para a graduação, o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais de forma que proporcione o trabalho do saber, fazer, ser e conviver;
- Ofertar cursos que atendam a demanda social e estejam de acordo com os padrões de qualidade especificados pelos órgãos competentes, bem como em consonância com as diretrizes específicas quando existentes e, para a graduação, observa-se ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Articulação com a realidade regional através de ensino, iniciação científica e extensão, parcerias e incentivos a educação continuada;
- Formação de profissionais competentes, éticos e cidadãos, trabalhando conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que contribuam para o melhor índice de empregabilidade;
- Promoção de atividades interdisciplinares e trabalhos em equipes multiprofissionais;
- Obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS nas Licenciaturas e como disciplina obrigatória ou optativa nos cursos de graduação;
- Formação permanente de professores, através de oficinas para troca de experiências, palestras, seminários, cursos e da reflexão da própria prática, que influenciam o perfil diferenciado dos educadores.

- Organização de currículos, tendo o acadêmico como centro do processo de ensino e aprendizagem, e a criação da cultura da autoaprendizagem;

2.2 Metodologia no Processo de Ensino e Aprendizagem

Nos cursos da FAEDI, a formação social, humanística e ética, será adquirida não apenas por meio das disciplinas de cunho social, mas de forma transversal e através de políticas institucionais desenvolvidas e adotadas durante todo o curso. Esta vertente educacional estará presente na variedade de realidades sociais do aprendiz do discente, através de convênios e no serviço à comunidade, onde se aprende também a racionalização e simplificação do trabalho, disseminando o saber e trabalhando em equipe multiprofissional.

No processo de ensino-aprendizagem a instituição fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem. A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

No espectro das teorias da aprendizagem, a instituição opta pelos pressupostos teóricos cognitivistas da aprendizagem: construtivismo, interacionismo, aprendizagem significativa, conectivismo e aprendizagem experiencial com uso das metodologias ativas. Adota o modelo educacional de: Aprendizagem Baseada em Competências.

Modelo primeiramente denominada nos anos de 1970, nos EUA, Ensino Baseado em Competência, ela passa a ser disseminada no Brasil com maior força na década de 1990, em decorrência do uso do conceito competências na Reforma do Ensino Brasileiro ocorrido nessa década, sendo pautada em cinco princípios, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2002):

1. Toda aprendizagem é individual;
2. O indivíduo, como qualquer sistema, se orienta por metas a serem atingidas;
3. O processo de aprendizagem é mais fácil, quando o aluno sabe precisamente o desempenho que se espera dele;
4. O conhecimento preciso dos resultados a serem atingidos favorece a aprendizagem;
5. É mais provável que o aluno faça o que se espera dele e o que deseja de si próprio se lhe é concedida responsabilidade nas tarefas de aprendizagem.

Nesses princípios acima apresentados, se articulam as teorias de aprendizagem cognitivistas, socioconstrutivistas, interacionistas e aprendizagem significativa. Suas concepções se traduzem por meio das Metodologias Ativas, que supõe um aprendizado ativo.

2.3 Modelos Educacionais

As metodologias ativas referem-se a um conjunto de ferramentas, cuja utilização tem como responsabilidade fazer com que os estudantes aprendam de fato, que se parta sempre de um problema a ser resolvido e que essa resolução passe pela experiência prática. Inclui a participação ativa pela busca do conhecimento por meio de experiências reais ou simuladas com o objetivo de desenvolver a capacidade de resolver problemas com sucesso. Podemos destacar as mais utilizadas no processo de ensino-aprendizagem:

a) Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

O método Aprendizagem baseada em Problemas é centrado no aluno e tem foco na compreensão e resolução de problemas de forma significativa, por meio da investigação individual e grupal, com possibilidades pluri, multi, trans, interdisciplinar e transversal. A ABP pode ser um dos meios de abordar os problemas reais da na prática, levando para sala *cases* que tiveram ou não sucesso, para um melhor entendimento dos conteúdos abordados.

Os estudantes são convidados a analisar um problema real ou fictício e propor soluções com base na análise teórica e prática, as quais estão alinhadas, não em concorrência. O método permite o desenvolvimento social dos estudantes, já que pode ser realizado em grupo.

Coloca os estudantes como protagonistas do processo, dando voz e oportunidade de resolução. O professor indica os casos e leituras complementares bem como o objetivo da atividade, cooperando com os estudantes individualmente e/ou nos grupos. Salienta-se que nesse cenário ou possibilidade, a aprendizagem baseada em problemas, conectada ou tangenciada com os conteúdos da disciplina, pode ser levada para a sala de aula pelo próprio estudante (ativo) ou pelo professor (facilitador), ponto inicial para adquirir novos conhecimentos.

Os problemas/casos devem ser analisados tanto na adequação geral da disciplina e momento metodológico, bem como na questão cognitiva, levando em conta a complexidade e as motivações para o desenvolvimento da tarefa, sendo um método inovador.

Na vida real, os problemas podem ter uma ou mais soluções ou podem não ter solução por isso, os alunos devem desenvolver o hábito de analisar as soluções obtidas, a fim de averiguar se elas são, ou não, as mais adequadas ao problema em causa, pois, caso não sejam, deverão reiniciar e rever o processo de resolução. Deverá ser promovida uma avaliação do processo de aprendizagem que conduziu a essa conclusão, tanto ao nível individual como ao nível do grupo, a fim de o tornar consciente e explícito e de, assim, reforçar o desenvolvimento de competências de resolução de problemas, por parte dos alunos.

A atividade pode se apresentar sob a forma de uma consulta, escrita ou oral, inclusive através de situações de simulação, como, por exemplo, a elaboração de pareceres e comunicações entre clientes e consultores. Ademais, pode ser solicitado ao graduando uma peça processual, uma sustentação oral, ou outra atividade típica da prática profissional que seja compatível com a metodologia.

Assim, esta metodologia coloca o estudante no centro do seu método de aprendizagem, refuta a rasa memorização, alia a teoria à prática, promove reflexões reais, faz conexões com outras disciplinas e conteúdos e emerge competências proveitosas na resolução de problemas, visto ser uma predominante na vida profissional do futuro egresso.

Além da capacitação do raciocínio, a aprendizagem baseada em problemas pode tornar-se um meio privilegiado para desnudar os limites do autoaprendizado.

Finalmente, pela diversidade de soluções que podem ser encontradas, ele estimula no estudante o respeito pela diversidade e pela posição do outro, além da consciência da necessidade de desenvolver tanto o rigor analítico como uma imensa criatividade para ser um bom profissional.

b) Sala de Aula Invertida

Nesta metodologia, do docente é exigida uma preparação antecipada dos conteúdos, das pesquisas e dos materiais propostos ao estudo. O material didático e as orientações são repassados e estudados antes do estudante estar presente na sala de aula. O emprego das Tecnologias pode ser de extrema importância neste processo.

É uma abordagem ao processo de ensino-aprendizagem na qual se emprega a tecnologia para inverter o papel tradicional do tempo de aula, aqui os alunos são expostos a conceitos fora da sala de aula, geralmente através da observação e análise de vídeos. O tempo de sala de aula é então utilizado para fazer o difícil trabalho de assimilar esses novos saberes, através de estratégias como a resolução de problemas, discussão ou debates, sendo integralmente dedicado a experiências de aprendizagem ativas.

No momento da sala aula emergem os conhecimentos adquiridos, através do compartilhamento com os demais colegas, cabendo ao professor acompanhar e dirigir a construção dos conceitos na interação entre discente e docente.

c) Aprendizagem Baseada em Projetos

O método de Aprendizagem baseada em Projetos tem como objetivo a atuação dos estudantes ativamente na construção do seu mundo real, atuando com pessoas reais, problemas existentes, situações que fazem parte da sua rotina de vida. Ao trabalhar com esse método, os estudantes se tornam mais confiantes ao se verem capazes de realizar algo prático e útil para seu contexto. O mais importante neste método são as experiências.

O estudante tem a chance de experimentar a profissão escolhida por meio deste método. Ele coloca em prática a teoria estudada e tem a oportunidade de aproximar-se do seu futuro meio de trabalho. A aprendizagem se torna mais dinâmica, significativa e atraente para os estudantes, já que eles veem no método a utilidade dos conceitos estudados previamente e a aplicabilidade dos conteúdos no contexto real do trabalho.

Alinhar teoria e prática é um desafio para os novos profissionais. Por isso, ao atuarem com os projetos reais da realidade social, eles percebem, dentro das instituições de ensino, quais os desafios da área de atuação que escolheram e podem debater em conjunto essas vivências, ao invés de saírem das instituições e se sentirem perdidos ao terem dificuldade de

colocar em prática o que aprenderam. Nesse método, o aprendizado ocorre na troca, com pessoas e com o ambiente de trabalho.

Destaca-se esse modelo metodológico como principal para as unidades curriculares que detêm carga horária de atividades acadêmicas extensionistas.

d) Aula Expositiva Dialogada

A aula expositiva dialogada é uma metodologia de ensino amplamente empregada no ensino superior, que combina características da aula expositiva tradicional com um formato mais interativo e participativo. Essa abordagem busca promover um ambiente de aprendizagem no qual o professor mantém o papel de principal transmissor de conhecimento, mas incentiva e facilita a participação ativa dos alunos no processo educacional. Dessa forma, cria-se um diálogo constante entre professor e estudantes, enriquecendo a experiência de aprendizado através da troca de ideias, questionamentos e reflexões críticas.

Os benefícios dessa abordagem são numerosos: ela favorece a retenção de conhecimento, pois o aluno se envolve ativamente com o conteúdo; desenvolve habilidades de comunicação e argumentação; e promove uma aprendizagem mais significativa, pois o estudante é encorajado a relacionar o conteúdo com suas próprias experiências e conhecimentos prévios. Além disso, prepara o aluno para o ambiente profissional, no qual a capacidade de pensar criticamente, solucionar problemas e trabalhar em equipe são altamente valorizadas. Sendo uma estratégia pedagógica que, ao combinar exposição de conteúdo com interação e diálogo, promove um ambiente de aprendizado dinâmico e participativo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento intelectual e profissional dos alunos.

2.4 Objetivos do Ensino e Aprendizagem

A necessidade de modelos alternativos para que as perspectivas teóricas de quais competências devem ser ensinadas, realizou-se um trabalho de revisão até chegar a um consenso e redesenhar as estruturas curriculares ofertadas pelos diversos cursos considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que definem competências e habilidades na formação do egresso em seus respectivos cursos. Em atualização constante, as

DCNs acompanham a complexidade das sociedades e os processos de transformação, em grande parte, da globalização e do impacto das novas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), que exigem enfrentamento das organizações.

O processo de implantação a partir de um conjunto de competências expressas no “perfil do egresso” de cada curso, em coerência com os objetivos do curso e estrutura curricular, são implantadas através da realização de estudos lideradas pelos coordenadores de cursos, nessas oficinas os docentes analisam e redesenharam os objetivos de ensino e aprendizagem de cada unidade curricular e, por conseguinte, os planos de ensino e aprendizagem alinhados a concepção do currículo baseado em competências, supondo então:

- Mudança na postura metodológica da ação pedagógica docente que engloba estratégias e novas metodologias de ensino;
- Foco na construção de competências, avaliação por competências e adoção de um contexto interdisciplinar do ensino.

Desta forma o perfil desejado, alinhado a estrutura curricular, expresso através de conhecimentos, habilidades e atitudes, elementos formadores da competência de forma mensuráveis e observáveis fundamentam o caráter dinâmico do processo de ensino e aprendizagem que é adotado pela FAEDI.

2.5 Avaliação no Processo de Ensino e a Aprendizagem

A avaliação dos discentes é parte integrante do processo educativo e será apurado ao final de cada período letivo, por unidade curricular, em função da assiduidade e da aprendizagem, sendo ambas eliminatórias. As normas relativas ao processo de avaliação da aprendizagem, da FAEDI, são estabelecidas no Regimento Geral e em normas, regulamentos e resoluções específicas, no que couber, pelo Conselho Superior da Instituição.

O processo de elaboração de questões realizado pelo docente da unidade curricular, leva em consideração que a avaliação é um momento de aprendizagem, não apenas uma verificação dos conteúdos trabalhados nas aulas e no material didático e conteúdos

apresentados. Portanto, o objetivo é avaliar o conhecimento, as competências e habilidades que emanam durante o processo de ensinar e aprender. Nessa situação o docente tem a oportunidade de verificar se o estudante usou de meios e teorias adequadas, se faltou aprimorar os conhecimentos ou se precisa efetivar uma maior e melhor fixação.

A aprovação do discente em cada componente curricular ocorrerá através de dois critérios, ambos eliminatórios por si mesmos: frequência e rendimento acadêmico.

A apuração da frequência será atribuída ao percentual do discente em relação a carga horária do componente curricular, permitidas apenas aos alunos matriculados. É vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos na legislação. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não tenha obtido frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas, salvo os casos decididos a partir de colegiados e conselhos. A verificação e registro de frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

Respeitando-se o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- ✓ Assimilação progressiva de conhecimento;
- ✓ Trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimento;
- ✓ Desempenho determinado a partir de pesquisas e seminários em grupos que importem habilidade nas atividades coletivas;
- ✓ Atividades de iniciação científica e atividades que contemplem a práxis de cada área;
- ✓ Percepção Holística do docente;
- ✓ Desempenho no que diz respeito aos conhecimentos inter, multi e transdisciplinares.

A sistemática de avaliação da Faculdade de Educação da Ibiapaba é padronizada e consiste preferencialmente de diversas avaliações aplicadas durante o período letivo. A contemplação de todas as avaliações levará a uma média que para aprovação do discente, deverá ser de no mínimo 7,0 (sete) pontos. A avaliação será expressa mediante a atribuição das avaliações parciais (APs) e nota de exame final (Prova Final).

As notas das Avaliações Parciais (APs) são atribuídas da seguinte forma:

- AP1 = média de atividades desenvolvidas como avaliações do 1/2 inicial do conteúdo ministrado;

- AP2 = média de atividades desenvolvidas como avaliações dos 2/2 do conteúdo ministrado.

A nota do exame final resultará de PROVA COLEGIADA, após o encerramento do semestre, e versará sobre todo o programa da disciplina.

Às diversas modalidades da verificação de rendimento acadêmico são atribuídas notas de zero a dez, admitindo-se a decimal 0,5 (cinco décimos). Em qualquer disciplina, para efeito de aprovação, as médias são apuradas até a primeira decimal, sem arredondamento.

É considerado aprovado, em qualquer disciplina, o aluno que tenha frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento), quando: Conseguir o mínimo de sete pontos, na média aritmética das avaliações parciais (APs), ficando dispensado de prestar exame final

$$\text{MPA: } (AP1+AP2)/2 \geq 7$$

MPA: Média Parcial Aprovação

AP1: 1ª Avaliação Parcial;

AP2: 2ª Avaliação Parcial;

Será considerado reprovado, na disciplina, o aluno que faltar a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades curriculares, e não obtiver, após o Exame Final, a média aritmética mínima de 5 (cinco) pontos.

$$\text{MFA: } (MPA+AF)/2 \geq 5$$

MFA: Média Final de Aprovação;

MPA: Média Parcial de Aprovação;

AF: Avaliação Final.

Após participar das avaliações AP1 e AP2, caso obtenha média entre 4.0 e 6.9, com frequência igual ou superior a 75%, o aluno deverá se submeter a Avaliação Final (AF) em data estipulada pela coordenação do curso, conforme calendário acadêmico. Caso obtenha média inferior a 4.0 (3.9 ou menos) na Média Parcial de Aprovação ou frequência inferior a

75%, o aluno estará automaticamente reprovado no componente curricular, sem direito a participar do Exame Final (Prova Final).

A segunda chamada das avaliações parciais e exames finais pode ser concedida, mediante requerimento, dirigido aos Coordenadores de Curso, ficando o deferimento condicionado à gravidade e relevância da causa que motivou a perda da prova no período normal, com a respectiva comprovação de tal fato. As coordenações de curso terão o prazo de 3(três) dias para proferir o parecer sobre a solicitação. Cabe ao aluno o direito de solicitar prestação de provas e exames finais a que tenha faltado, devendo requerê-la dentro do prazo de três dias úteis de sua realização, pagando a taxa correspondente e sujeitando-se a data e local estipulados pela coordenação de curso para aplicação da avaliação de segunda chamada. Caso volte a ocorrer nova falta, será atribuída automaticamente à avaliação a nota zero.

Poderá ser concedida revisão de nota, a qualquer verificação da aprendizagem, quando requerida, no prazo de três dias, contados de sua publicação. Tal revisão será constituída por uma banca de professores da área da disciplina em questão.

2.6 Indissociabilidade entre Ensino, Iniciação Científica e Extensão

Ao conceber e promover o processo formativo de seus Cursos da FAEDI almejam atender aos mais elevados padrões de ensino com base na sua missão e visão, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações previstas no âmbito dos cursos, seus Projetos Pedagógicos têm o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um profissional que vença as barreiras inerentes ao mercado, seja no âmbito público ou privado, despontem para um novo patamar de competitividade e sucesso profissional.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a ser faróis que orientam a

prática docente e, conseqüentemente, a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica acadêmica para construir um rol de conhecimentos realmente úteis e condizentes na sociedade atual.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Do mesmo modo, além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Assim, estabelecidas as concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da FAEDI, a iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e seus Cursos pretendem firmar na comunidade. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes, leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

A extensão acadêmica, como apontada em sua Política, é vislumbrada neste PPI como um processo educativo, cultural e científico, articulada ao ensino e à instituição, com o objetivo de fortalecer a relação entre os cursos, a Faculdade e a sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas na instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área de extensão;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no Regimento e PDI;
- A integração com as atividades de ensino e iniciação científica;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As orientações gerais para apresentação de propostas de cursos e eventos de extensão.

As atividades de iniciação científica e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação

e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir de reflexões definem-se uma concepção teórico-metodológica para os Cursos articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

Os cursos organizam-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES, a saber:

- a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares.;
- b) Perspectiva dialógica plena entre os atores acadêmicos do curso;
- c) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;
- d) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;
- e) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- f) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- g) Respeito à ética profissional;
- h) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, os Projetos Pedagógicos dos Cursos adotam a concepção da formação que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-nação, voltado para:

- a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos da sociedade;
- b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;
- c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma práxis social nas dimensões técnica e ético-política;

d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

2.7 Excelência Acadêmica

A FAEDI, destaca essa diretriz como parte da missão institucional e de seus objetivos na qual assume o compromisso da qualidade da formação de seus estudantes e de egressos de forma efetiva através de:

- Corpo docente qualificado e seu papel fundamental no pilar que sustenta uma educação qualitativa na construção de um processo de ensino e aprendizagem de excelência. Desta forma, acompanhar o desenvolvimento do corpo docente e parte integrante e assume uma importância estratégica, por intermédio do seguinte conjunto de ações:
 - Seleção de Docentes, pautada no perfil docente definido com base nos princípios pedagógicos e organizacionais da Instituição;
 - Programa de Qualificação e Aperfeiçoamento Docente, materializado por meio da oferta contínua de cursos presenciais e on-line, encontros pedagógicos e da concessão de bolsas para cursos de Mestrado e Doutorado;
 - Avaliação Docente, realizada, semestralmente, mediante a escuta do corpo docente, pela autoavaliação dos professores e pela avaliação da coordenação de curso, fornece subsídios para a gestão da qualidade dos cursos e para a elaboração de trilhas de desenvolvimento individuais que auxiliem os docentes a aprimorar a sua prática pedagógica. A qualificação docente é fomentada também por meio de compartilhamento de melhores práticas com seus pares; e - Desenvolvimento Docente, evidenciados no Plano de Carreira Docente que estabelece os mecanismos de progressão horizontal e vertical, além das ações de reconhecimento promovidas pela faculdade nas diversas esferas de atuação do professor.
- Evidências de resultados do processo de ensino e aprendizagem alcançados pelos estudantes: para avaliar a efetividade das práticas pedagógicas, a FAEDI utilizará

instrumentos avaliativos globais, internos e externos. Como exemplo cita-se o Exame Nacional do Desempenho do Estudante (ENADE) que é um instrumento de avaliação externa utilizado pela instituição, cujos resultados subsidiam a gestão acadêmica dos cursos de graduação.

2.8 Diretrizes Didático-Pedagógicas

As diretrizes de organização didático-pedagógica da FAEDI propõem caminhos educacionais que contribuirão para a formação crítica e reflexiva dos envolvidos nesse processo e têm como elemento central o processo de ensino e aprendizagem. Assim, a diretriz didático-pedagógica leva em conta os aspectos apresentados nesta seção.

2.8.1 Currículo

A principal função de um currículo é materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação das demandas sociais e do mercado de trabalho, os currículos devem proporcionar uma formação que permita ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional;
- o desenvolvimento de competências profissionais e sociais;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas, atualizações e inovações no campo de saber do curso;
- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais mediante a internacionalização curricular.

As intenções curriculares estão descritas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, construído coletivamente pela Coordenação de Curso, Núcleo Docente Estruturantes (NDE), professores, estudantes e comunidade, o qual deve estar sintonizado com o PPI e com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área e nível de ensino.

2.8.2 Organização Curricular

A proposta de organização curricular dos cursos da FAEDI, pressupõem uma perspectiva de articulação interdisciplinar, voltada para a apropriação de competências, habilidades e atitudes, considerando-se a avaliação crítica, reflexiva e contínua de valores e práticas. Dessa forma, concebe-se a proposta curricular de modo vivo e dinâmico que deve abarcar inovações, sempre que necessário, para atender às novas demandas das distintas áreas profissionais.

Assumir tal opção, implica que as proposições curriculares sejam centradas na busca ativa pelo conhecimento, na interdisciplinaridade, na integração teórico-prática e na interação ensino-sociedade, o que traz o desenvolvimento da identidade profissional, como foco das atividades de aprendizado. A construção das proposições curriculares pressupõe a identificação e a definição das competências necessárias a boa prática profissional e, em seguida, bem como a definição de habilidades e conteúdo básicos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, a FAEDI desenvolve um trabalho de formação pedagógica e revisão de suas abordagens, que propõe trabalhar com currículos orientados por competências, a partir da definição do perfil do egresso, o que possibilita alinhar metodologias de ensino e aprendizagem, práticas pedagógicas, diferentes contextos e cenários de aprendizagem, métodos de avaliação e atividades de iniciação científica fundamentada nesse princípio de organização curricular.

A organização curricular dos cursos, está estruturada sob dois eixos: um horizontal que prevê a disposição de conteúdos interdisciplinares, e um eixo vertical que prevê a distribuição desses conteúdos em fases e que pressupõe aumento constante de complexidade. A relação dessas dimensões é definida pelos blocos de conhecimento, que

numa perspectiva diferenciada e inovadora reúnem um conjunto de conteúdos significativos para a integração dos conhecimentos a serem adquiridos durante a formação do egresso.

A partir de uma organização curricular organizada e estruturada e a partir do entendimento dos pilares da educação para o século XXI, destacamos que o desenvolvimento de novas experiências curriculares estimula práticas pedagógicas significativas e permite que a Instituição estabeleça estratégias inovadoras na formação do cidadão intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e em condições de exigir espaço digno na sociedade e no mundo do trabalho.

2.8.3 Concepção do Currículo e Orientação Curricular

As concepções de currículo traduzem-se em práticas pedagógicas vivenciadas por docentes e discentes que tornam ativa a política estabelecida para o ensino com qualidade acadêmica, inovação, flexibilização, transversalidade, contextualização e interdisciplinaridade onde permeiam, em maior ou menor grau, todos os cursos da instituição.

Expressos na estrutura curricular, as unidades curriculares e seus conteúdos resultam da sinergia oriunda do agrupamento de blocos do conhecimento a partir de uma organização em eixos de formação, prezando pela formação do egresso em conformidade com a legislação vigente e competências do mercado de trabalho.

A concepção orientada através dos blocos de conhecimento, organiza-se de forma a refletir os componentes de formação atualizados através da nomenclatura das unidades curriculares e materializa-se através dos planos de ensino e aprendizagem com suas respectivas bibliografias e adequação das cargas horárias.

Distribuição dos blocos:

- **Fundamentação**

Composto por unidades de conteúdo (disciplinas) de formação geral que recebem um título conforme o curso a que pertencem;

- **Sociedade e Comportamento**

Conteúdos relacionados a discussão das relações humanas, do comportamento, das questões éticas, políticas e sociais;

- **Práticas e Habilidades**

Conteúdos relativos a formação profissionalizante aplicados a realidade de atuação profissional baseados em sofisticada tecnologia, a partir de um ponto de vista crítico, criativo e aberto à compreensão de novas técnicas. Possibilita experiências de aprendizagem iniciadas em atividades práticas;

- **Atividades Complementares**

Atividades relevantes para a formação profissional e que possibilitam a flexibilização curricular e regulamentação da instituição;

- **Estágios**

Compreende a parte prática da formação e se constituem no elemento articulador entre a formação teórica e a prática profissional;

- **Iniciação Científica**

Conteúdos que subsidiam ou incluem a iniciação científica, projetos interdisciplinares, integradores e os trabalhos de conclusão de curso;

- **Optativas**

Conteúdos que possibilitam a flexibilização curricular, por meio da oferta ampliada de escolha de disciplinas, permitindo aos estudantes a aquisição de habilidades e competências que extravasam sua área de formação.

2.8.4 Estrutura Curricular e Coerências com as Diretrizes Curriculares Nacionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), são elaboradas para suprir a necessidade de estruturar melhor os cursos para, conseqüentemente, um melhor exercício das práticas pedagógicas e explicam detalhadamente todas as competências que devem ser abordadas pelas instituições de ensino na criação dos cursos de graduação. A proposta curricular de todos os cursos da instituição é marcada pela flexibilidade que se materializa na oferta das unidades

curriculares presenciais em mais de um turno. Além da flexibilidade no âmbito do curso, há flexibilidade intercursos, que facilita a eventual mudança ou opção por um segundo curso de área de conhecimento comum ou diversa, dado que há disciplinas comuns aos vários cursos, sejam elas institucionais, ou pertencentes a estruturas curriculares dos diversos cursos.

A carga horária total dos cursos de graduação da FAEDI está em acordo com a Resolução CNE nº 3, de 2 de julho de 2007, que “dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências”. Determina que a carga horária mínima de curso deve ser calculada em horas de 60 minutos. Na Instituição a hora-aula tem duração de 60 minutos.

Considerando que a preocupação é com o resultado de aprendizagem dos estudantes, a metodologia que conduz o processo de ensino e aprendizagem é fundamental. O Modelo Educacional da FAEDI baseia-se, principalmente, em metodologias ativas apoiadas em um conjunto de ações que compõem sequências didáticas de aula e que ilustram os portfólios dos docentes. Todas as ações educacionais, independente da mídia da disciplina ou curso, têm como premissa a acessibilidade pedagógica e metodológica, ou seja, buscam atingir todos os perfis de estudante, incluindo alunos com deficiências físicas ou cognitivas, e com diferentes estilos de aprendizagem.

2.8.5 Seleção de Conteúdos e Elaboração das Unidades Curriculares

A seleção dos conteúdos apresenta uma sequência e se reforçam mutuamente. Isto é conseguido através da organização durante a seleção e sua ordenação em dois planos:

a) No plano temporal, dispondo os conteúdos ao longo dos semestres. É a organização vertical do currículo.

b) No plano de um mesmo semestre, fazendo a relação de uma área com a outra. É a organização horizontal da estrutura curricular.

Os critérios básicos orientadores na organização dos conteúdos são: a continuidade, a sequência e a integração.

- A continuidade e a sequência estão relacionadas a ordenação vertical. A continuidade refere-se ao tratamento de um conteúdo repetidas vezes em diferentes fases de um curso.
- A sequência está relacionada com a continuidade, mas a transcende. A sequência faz com que os tópicos sucessivos de um conteúdo partam sempre dos anteriores, aprofundando-os e ampliando-os progressivamente.
- A integração, por sua vez, está ligada a ordenação horizontal e se refere ao relacionamento entre as diversas áreas do currículo, visando garantir a unidade do conhecimento.

Sendo assim, diversos parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração do currículo, são adotados entre eles destacam-se:

- Parâmetros estabelecidos pelos referenciais da legislação vigente;
- Relevância de conteúdos, para a apropriação de competências e habilidades na área, conforme disposto no perfil do egresso na respectiva DCN e no PPC;
- Relevâncias dos conteúdos para a construção de competências e habilidades requeridas;
- Integração das disciplinas formando um percurso de aprendizagens significativas;
- Dimensionamento da carga horária das unidades curriculares;
- Referência a missão e visão institucional;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- A interconexão entre os currículos, primando pela formação numa perspectiva multi, inter, transdisciplinar – ou seja, interprofissional.

2.8.6 Coerência entre Contexto Educacional, Competências, Diretrizes, Unidades Curriculares e Perfil Profissional do Egresso

Através de uma estrutura curricular de relações contemplada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a FAEDI corrobora com a articulação entre o contexto educacional de acordo com o perfil do corpo discente (perfil socioeconômico, origem (escola pública ou

privada), idade, gênero); as competências e habilidades, que podem ser de natureza legal, institucional ou do curso; os objetivos do curso; as unidades curriculares da estrutura curricular e o perfil do egresso. Portanto, clarifica-se a coerência entre o contexto educacional, competências, diretrizes, unidades curriculares e perfil profissional do egresso, assegurando a qualidade acadêmica e direcionando para os melhores métodos e técnicas metodológicas-pedagógicas.

2.8.7 Flexibilização dos Componentes Curriculares

O Plano Nacional de Educação 2014 - 2024, aprovado pela Lei nº. 13.005, de junho de 2014, define nos objetivos e metas, em nível nacional, as diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes IES, entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

Os Pareceres nº 776, de 03 de dezembro de 1997 e 583, de 04 de abril de 2001 ressaltam, entre outros aspectos:

- a. A necessidade de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos estudantes;
- b. Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, por meio de diretrizes curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão do conhecimento; e
- c. Necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Tendo tais considerações em conta, a formação profissional implica desenvolver a capacidade de inovar, de produzir novos conhecimentos e soluções tecnológicas adequadas as necessidades sociais, o que exige muito mais do sistema educacional. Assim, o tempo presente exige a superação dos modelos de ensino estruturados sob a ótica de estruturas

curriculares inflexíveis, estanques, caracterizadas pela fragmentação e hierarquização das unidades curriculares, alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados.

A flexibilização curricular surge das seguintes demandas:

- Da sociedade – que requer formar profissionais críticos para compreender as novas relações de produção e de trabalho e as exigências por elas colocadas;
- Do processo de conhecimento – que exige um processo permanente de investigação articulado com a produção do saber e de novas tecnologias; e
- Por uma formação crítica e cidadã de profissionais - a instituição, além de formar profissionais críticos para o exercício da sua prática na sociedade, deve assumir seu papel protagonista no processo da construção de uma nação menos desigual.

A FAEDI, procura propiciar uma variedade na oferta de tipos de atividades para a integralização curricular e incentiva a articulação entre atividades desenvolvidas pelo aluno no âmbito acadêmico com aquelas de seu campo de atuação profissional, dá ênfase em atividades centradas na criatividade e na capacidade de buscar novas interpretações às situações propostas.

A flexibilização curricular, baseia-se na indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, na visão do ensino centrada na criatividade e cultura maker, que tem como exigência a construção do conhecimento na relação com a realidade profissional e a interdisciplinaridade, estando propostas:

- a. A formação profissional voltada para ampla competência e o domínio de muitas habilidades técnicas e cognitivas;
- b. Uma construção científica sólida;
- c. Estrutura curricular flexível que possibilite ao estudante percursos formativos diferenciados;
- d. O rompimento com o enfoque unicamente disciplinar e sequenciado a partir de uma hierarquização artificial de conteúdos;
- e. O ensino não pode estar confinado somente a sala de aula;
- f. O processo de ensino não pode ficar submisso a conteúdos descritivos. O saber é dinâmico, ultrapassa o aparente. Ao estudante deve ser dada a possibilidade de

ampliar os horizontes do conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional;

g. O ensino não pode ser refratário à diversidade de experiências vivenciadas pelos estudantes; e

h. Estímulo a aprendizagem contínua ao longo da vida.

Sendo assim, a flexibilização faz com que a organização e estruturação curricular assumindo um novo desenho, partindo de uma nova concepção; passando a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, no qual as unidades curriculares deixam de ser verdades acabadas a serem repassadas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica.

Os cursos da FAEDI, nascem e possuem uma organização de modo a permitir itinerários formativos alternativos construídos pelo discente, em áreas afins e/ou correlatas ao de seu curso, e que contribuam para o perfil profissional do egresso previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Visando a maior flexibilidade, os pré-requisitos nos cursos de graduação são minimizados, podendo ser dispensados, desde que a organização didático-pedagógica do curso assegure a sequência lógica dos conteúdos no tempo de integralização.

A flexibilização busca, portanto, substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, viabilizando um novo desenho curricular, decorrente e balizado por um projeto pedagógico, cujo compromisso, no âmbito da Instituição, é ser discutido e construído intensa e coletivamente. A Instituição e, conseqüentemente, os currículos dos seus cursos transformam-se em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando o seu compromisso com a cidadania plena.

Estruturas curriculares menos densas devem, também, ser buscadas, dentro de uma tendência presente vivenciadas nas principais instituições de ensino do Brasil e do mundo, visando a formação de um profissional com perfil moderno e adequados as demandas presentes e que podem ser perspectivadas em cenários futuros.

2.8.8 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é assegurada nos currículos da FAEDI e na prática pedagógica, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Desta forma, as disciplinas são colocadas em relação com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.

A interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento, em busca do ser como pessoa integral, visa a garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

A metodologia do trabalho interdisciplinar supõe atitude e método, envolve integração de conteúdos, passa de uma percepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento, supera a dicotomia entre ensino e pesquisa e pondera sobre o estudo e a pesquisa, a partir do apoio das diversas ciências.

As práticas pedagógicas em sala aula e fora dela devem exceder uma visão fragmentada e descontextualizada do ensino, tornando as aprendizagens significativas.

Na elaboração da estrutura curricular dos cursos deve haver um esforço consciente da Coordenação e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), para promover a valorização da interdisciplinaridade, de acordo com a proposta do PDI da instituição. A proposta de interdisciplinaridade do Curso tem como ponto de partida os conteúdos das disciplinas. A partir da análise cuidadosa de cada conteúdo, identificam-se os elementos fundamentais e, através da circulação de ideias entre os participantes, são estabelecidas integrações recíprocas de conceitos, contextos e procedimentos.

O conceito de interdisciplinaridade está presente em diversos pontos e a abordagem é desenvolvida de uma forma geral com relação às disciplinas do curso.

Para execução da atividade interdisciplinar, no início de cada semestre, ocorrerá uma Reunião Pedagógica Inicial com a participação da Diretoria Acadêmica, Coordenadores de Cursos e Professores. Nesse evento, serão tratados diversos temas relevantes para o semestre em curso, dentre os quais se encaixa o tema da Interdisciplinaridade, sempre relacionado às questões sociais em cumprimento as Diretrizes vigentes.

2.8.9 Transversalidade

O Ministério da Educação (MEC), afirma que temas transversais “são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes”. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

A definição e distribuição dos conteúdos curriculares atendem às temáticas definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação, destacando-se o cumprimento das seguintes legislações: Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, para inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Resolução do CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências e a Resolução CNE/MEC nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos da FAEDI, atendem a legislação vigente e adotam conteúdos transversais que perpassam toda estrutura curricular.

2.8.10 Atividades Práticas e Estágios Supervisionados

O estágio curricular supervisionado, quando constante nas DCNs dos cursos, é um componente curricular que visa proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

O estágio supervisionado que será desenvolvido na FAEDI, constitui como uma das modalidades de prática a ser realizada diretamente em ambientes de trabalho, sob a forma de uma ação desenvolvida enquanto vivência profissional prolongada, sistemática, intencional e acompanhada de acordo com o proposto nas matrizes curriculares dos cursos que possui esse componente curricular, objetivando um conhecimento do real em situação de trabalho.

O estágio supervisionado na FAEDI estará ajustado aos dispositivos da Lei nº 11.788, de 28 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior.

De acordo com o Regulamento do Estágio Supervisionado, são objetivos do estágio supervisionado:

- Oportunizar o desenvolvimento de competências e o exercício das aptidões necessárias para o desempenho profissional;
- Possibilitar ao aluno vivência real e prática das atividades profissionais, complementando seus conhecimentos;
- Assegurar formação prática que permita ao aluno apreender processos teórico-crítico e operativo-instrumentais para a formulação de proposições e a mobilização de estratégias para o seu desempenho profissional.

O Estágio Supervisionado poderá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente conveniadas com a instituição e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação profissional do discente.

2.8.11 Trabalho de Conclusão de Curso

Os Trabalhos de Conclusão descritos nos PPCs dos cursos, são possibilidades de investigação nas diferentes áreas do conhecimento dos cursos, permitindo uma nova relação de aprendizagem articulada à investigação para além dos conteúdos das disciplinas.

Conforme o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da FAEDI, o TCC tem por objetivos:

- Estimular a prática da iniciação científica, do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Possibilitar, ao estudante, a elaboração de trabalho científico que estimule o pensar crítico e reflexivo sobre um tema específico das áreas de conhecimento dos cursos de acordo com sua opção;
- Proporcionar a aplicação dos conhecimentos construídos ao longo da vida acadêmica;
- Suscitar a compreensão da relação entre o conhecimento científico-acadêmico e a realidade contextual para promoção da intervenção pedagógica; e,
- Promover uma melhor avaliação do estudante e do próprio curso.

A FAEDI terá como Política de Elaboração do TCC:

- a) Acompanhar o aluno, orientando-o na elaboração do trabalho acadêmico, garantindo a abordagem acadêmico-científica de temas relacionados à prática profissional;
- b) Propiciar informações aos discentes sobre o processo de elaboração do Trabalho, indicando bibliografia básica e procedimentos de investigação;
- c) Articular as temáticas dos trabalhos discentes com as linhas de estudo, definidas pelos Colegiados;
- d) Elaborar os trabalhos acadêmicos, de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos; e,
- e) Propiciar meios de divulgação e apoio à apresentação dos trabalhos em encontros, conferências e congressos.

O Trabalho de Conclusão de Curso, consiste na elaboração de um trabalho final, individual ou em equipe, de caráter científico, obrigatório, previsto na estrutura curricular dos

curso de graduação, relacionado aos conteúdos curriculares dos cursos, mediante apresentação de um artigo científico.

O TCC, obedecerá, na íntegra, aquilo que dispuser as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas do curso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos, para atender ao objetivo proposto, devem:

- a) Estruturar o trabalho de conclusão de curso, quando couber, com previsão da carga horária na matriz curricular do curso;
- b) Definir sua forma, obedecendo ao que estabelece as DCNs dos cursos;
- c) Descrever a forma de apresentação, orientação e supervisão;
- d) Descrever as formas de registro e controle das atividades; e
- e) Apresentar regulamento específico, aprovado pelo Colegiado de curso.

O tema do trabalho é de livre escolha do discente, desde que sejam seguidas as linhas temáticas estabelecidas pelo Colegiado de Curso e NDE, sob a responsabilidade do Coordenador de Curso ou Coordenador de TCC e professores orientadores.

A orientação do TCC deverá ser feita por um professor orientador escolhido pelo aluno ou pela equipe, no caso de trabalho desenvolvido desta forma, dentre os professores-orientadores relacionados pela Coordenação do respectivo Curso.

- O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e essa se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, é de suma importância que os Trabalhos de Conclusão de Curso sejam guardados sistematicamente em um repositório digital na IES, afinal eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal a ciência e a construção

do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, será prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos disponibilizados digitalmente a partir de um repositório de TCCs no site institucional.

2.8.12 Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem práticas acadêmicas obrigatórias, para os estudantes dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tem o propósito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional e estão formalizadas na Instituição por meio de Regulamento próprio devidamente aprovado pelas instâncias superiores, estando disponível para consulta. As Atividades Complementares possibilitam a flexibilização curricular a partir da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e estímulo à prática de estudos independentes. Além disso, permitem a ampliação dos conhecimentos e o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas além da sala de aula, estimulando a iniciativa e autonomia do estudante em formação, como agente e sujeito do seu processo formativo profissional junto a sociedade na qual atuará. As Atividades Complementares proporcionam progressiva autonomia intelectual dos estudantes, ampliando a possibilidade de apropriação do aprendizado advindo das relações com o mundo do trabalho, sua diversidade e peculiaridade, em conformidade com seus objetivos pessoais e profissionais.

Constituem objetivos das Atividades Complementares:

- I. Expandir as áreas de abrangência e formação do estudante, para além da sala de aula;
- II. Flexibilizar o currículo acadêmico, alinhado aos interesses formativos e profissionais do discente;

- III. Oportunizar diversificadas formas de aprendizado e trocas de experiências em cenários diversos, a partir de atividades de cunho teórico ou prático, presencial ou a distância.

O cumprimento das Atividades Complementares dar-se-á pela integralização da carga horária definida na estrutura curricular do curso, devendo ser cumprida pelo estudante ao longo e até ao término do curso, respeitando o regulamento e o respectivo Regulamento de Atividades Complementares que delimita sua abrangência, em acordo com o projeto pedagógico do curso, perfil do egresso e diretriz curricular nacional, se for o caso. O Regulamento de Atividades Complementares garante a diversidade de atividades e explicitam as formas de aproveitamento, promovendo Atividades Complementares de cunho institucional que promovem atividades de formação geral, e Atividades Complementares vinculadas à área e ao curso, portanto, de formação específica do discente.

As Atividades Complementares são incentivadas e valorizadas em alinhamento ao Projeto Pedagógico do Curso e Projeto Pedagógico Institucional, são de natureza científica, social, cultural, acadêmica e profissional, contemplando as esferas de ensino, pesquisa e extensão. A carga horária de atividades complementares necessárias para a integralização do curso é fixada com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do Curso, observados os limites estabelecidos na legislação. Todas as atividades consideradas complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

2.8.13 Projetos Integradores

Os Projetos Integradores enquanto componentes curriculares presentes nos cursos de graduação que contam com carga horária própria e constituem um espaço de ação ativa do aluno no processo de aprendizagem. A sua efetivação ocorre em caráter disciplinar, extensionista multidisciplinar e interdisciplinar por problematizações, por projetos envolvendo e aplicando conhecimentos desenvolvidos em componentes curriculares diversos e pela articulação entre teoria e prática de modo a contribuir para o desenvolvimento de habilidades de pensamento e de exercício profissional. Para que essas atividades sejam

validadas, o estudante deverá atender aos requisitos estabelecidos no regulamento específico de cada atividade.

2.8.14 Atualização Curricular

A atualização curricular dos cursos da FAEDI é concebida a partir da integração dos diferentes suportes da gestão da aprendizagem como trabalho, ciência e tecnologia, observando os princípios da flexibilização, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, visando tornar o estudante corresponsável pela sua formação e conduzi-lo ao permanente desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes específicas do perfil profissional definido no Projeto Pedagógico de cada curso, com base nas seguintes diretrizes:

- sintonia com as DCNs e com as demandas do mercado e da sociedade;
- desenho curricular estruturado com base na formação cidadã e profissional do egresso;
- currículo semestralizado, flexível, integrador e abrangente;
- vínculo permanente entre o mercado de trabalho e a prática profissional;
- ensino contextualizado que supere a dicotomia teoria e prática.

As atualizações serão amplamente discutidas, nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante – NDE e Colegiado de Curso, este com a representatividade discente. Respeitando as diretrizes, ainda, na atualização curricular as transformações tecnológicas que influenciam cada área e profissão, as orientações do Conselho Consultivo e de órgãos de representação do mercado de trabalho, os resultados das Avaliações Institucionais internas e externas dos cursos e os resultados da Avaliação do Desempenho do Estudante – ENADE.

Tendo em vista as atuais exigências de um mercado internacionalizado, necessita-se de plena capacidade operacional e conceitual, portanto, antes de se estabelecerem os conteúdos a serem ministrados em um curso, são levantadas as habilidades que, no transcorrer do processo ensino-aprendizagem, construirão a competência do profissional. A noção de competência é a expressão de um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores harmonicamente desenvolvidos, caracterizando uma formação. A habilidade é, pois,

a ação física ou mental que expressa uma capacidade adquirida. Deste modo, em todo Projeto Pedagógico de Curso estão definidos o conjunto de habilidades que deverão ser desenvolvidas, considerando a formação geral, a formação básica por área de conhecimento e a específica, além das experiências a serem vivenciadas em práticas de estágios e em atividades complementares. Do ponto de vista do conhecimento geral, as disciplinas contemplam, nos seus programas, uma sólida formação geral, considerando os desafios que os novos profissionais terão que enfrentar no mundo de mudanças aceleradas e as possibilidades de atualização, estimulando a educação permanente ou continuada através do ensino, da iniciação científica e da extensão.

2.8.15 Incorporação de Avanços Tecnológicos

Ao nível global, a sociedade do conhecimento está redefinindo o papel da Educação Superior. As instituições que se aproveitarem das oportunidades geradas pelas necessidades da economia da informação e do conhecimento terão grandes possibilidades, não só de expansão, mas também de contribuir com o desenvolvimento da comunidade, da região e do país.

Contudo, há um problema com o qual a sociedade brasileira tem que se preocupar, que é com a chamada “divisão digital”, o marco que divide as pessoas que têm acesso à tecnologia da informação das que não têm acesso. Os desafios vivenciados em função da pandemia de Covid-19, tornou o problema ainda mais evidente e, ao mesmo tempo, obrigou a incorporação, por parte de docentes e dos discentes, de novos recursos de tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Anteriormente à Pandemia, o mais preocupante era a “divisão digital” entre docentes e alunos. Alheios aos avanços da tecnologia e seu impacto sobre a formação profissional, uma parte significativa dos docentes ainda não tinham se dado conta de queo modelo de aulas que eles vinham repetindo, ano após ano, estava com os dias contados. Isso por várias razões: mudanças no ambiente de trabalho, as novas habilidades cognitivas da geração Internet e as facilidades de acesso à informação. A sociedade da informação

introduziu importantes mudanças no ambiente de trabalho, que exigem a reformulação do conteúdo e do processo de ensino e aprendizagem.

Outro fator importante é que a chamada geração Internet, possui habilidades cognitivas que os tornam incapazes de aceitar as aulas tradicionais. É uma geração que aprendeu a utilizar a tecnologia através de tentativa e erro. Foi exposta a um ambiente multimídia desde o nascimento, desenvolvendo importantes habilidades audiovisuais de aprendizagem. Estes jovens, com facilidade, desenvolvem trabalhos acadêmicos no computador, ouvindo música e mantendo simultaneamente conversas em paralelo, através do sistema de mensagens instantâneas. É uma geração com impressionante capacidade multitarefa. Quer aprender experimentando, discutindo com pares, buscando informações complementares, colocando criatividade em suas tarefas, sendo desafiada a descobrir soluções. Não aceita a passividade das aulas tradicionais e adora o ambiente de *e-learning*.

Atualmente, com poucos cliques tem-se acesso à informação através da Internet: bibliotecas on-line, periódicos on-line, obras de museus, clássicos da literatura, só para citar alguns. Assim, as aulas destinadas a transmitir informação estão ultrapassadas para o contexto atual. Os cursos têm que dedicar-se a desenvolver o conhecimento. A diferença entre informação e conhecimento é sutil, porém importante. Conhecimento é o significado que se extrai da informação, é a interpretação. Usualmente, o conhecimento é desenvolvido através de um processo interativo, através da discussão com pares ou desenvolvendo uma análise crítica da informação. Para desenvolver o conhecimento, é necessário um ambiente de aprendizagem muito mais rico e diversificado do que o utilizado para simples transmissão de informação.

Quanto ao processo de ensino e aprendizagem, é inútil adotar estratégias que tornem um pouco mais eficazes as aulas tradicionais. O processo tem que diminuir o tempo passivo dos alunos em salas de aula, substituindo parte desse tempo por atividades práticas, executadas pelos alunos em um ambiente virtual, similar ao que encontrará no seu futuro ambiente de trabalho.

Nesse novo ambiente de ensino e aprendizagem, o professor terá uma atividade muito mais gratificante, mais criativa, propondo trabalhos para os alunos, lançando desafios, suscitando debates e, sobretudo, guiando, orientando, esclarecendo dúvidas.

Atualmente, diante dos desafios enfrentados em função da pandemia vivenciada de Covid-19, os docentes perceberam que este caminho vem sendo trilhado pela sociedade do conhecimento, pelos avanços tecnológicos. A mudança que se faz necessária é de revisão do conteúdo dos cursos, é de definição das novas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas para o exercício profissional. E, nesse contexto de mudança, é primordial a adesão do corpo docente.

Diante deste contexto, a FAEDI aborda, de modo interdisciplinar, as inter-relações entre Tecnologia, Ciência e Educação, considerando os impactos dos avanços tecnológicos nas estratégias de ensino e aprendizagem e na forma de pensar a ciência em sua função pragmática e social. Assim, a integração dos objetivos pedagógicos e o uso de tecnologias devem funcionar de modo eficiente, promovendo processos diferenciados de aprendizagem e proporcionando interação com o uso de softwares, por exemplo, que permitem a articulação de conhecimentos, instituições, pessoas e diferentes realidades para a produção de conhecimentos pessoais e coletivos. Desse modo, a aprendizagem pode ocorrer de forma coletiva e integrada, por meio da integração dos diferentes sujeitos envolvidos no processo.

A FAEDI incorporará, de maneira crescente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Para tanto, como já mencionado, destinará um percentual de sua receita anual para a aquisição de microcomputadores e softwares utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos. Além disso, incentivará a participação dos docentes em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem, para que estes disseminem os conhecimentos adquiridos, promovendo a ampliação das inovações no âmbito dos cursos.

2.9 Perfil dos Cursos

Os cursos ofertados pela FAEDI, procuram contemplar os princípios da UNESCO, expressos nos quatro pilares da educação (saber aprender, fazer, conviver e ser). Eles compreendem um conjunto de unidades curriculares obedecendo as diretrizes curriculares e

de formação complementar, necessárias para as respectivas áreas do saber, destinadas à obtenção de graus acadêmicos que assegurem condições para o exercício de atividades profissionais.

No âmbito qualitativo do processo de ensino e aprendizagem, sua concretização se dá através de uma ação integrada entre teoria e prática; da otimização dos currículos; da qualificação do corpo docente; dos estágios, como meio eficaz de confronto e interação com o contexto; da pesquisa bibliográfica e de campo, como meio de aprendizagem; da utilização de recursos tecnológicos no processo de formação profissional; e de outros, de ordem acadêmico-pedagógica.

Os cursos, a serem propostos pela FAEDI, devem se enquadrar nas seguintes modalidades:

- I. Cursos Superiores de Tecnologia: objetivam oferecer preparação para a prática profissional;
- II. Bacharelados: objetivam uma formação acadêmica ampla, admitindo, todavia, ênfases profissionais específicas, considerando que estas devem estar assentadas em sólidos conhecimentos nas diversas áreas do saber, relacionados com cada profissão;
- III. Licenciaturas: objetivam a formação de professores que podem atuar no Ensino Fundamental e no Médio, em escolas das redes pública e privadas;
- IV. Pós-Graduação (Lato Sensu e MBA): são cursos elaborados, conforme legislação vigente, objetivando a especialização de profissionais graduados em diferentes áreas do saber que desejem investir em formação continuada;
- V. Extensão e Aperfeiçoamento: são cursos breves que visam à capacitação específica em determinadas áreas de atuação profissional;
- VI. Outros, no âmbito da autonomia universitária.

No que concerne ao perfil dos cursos, no que diz respeito a currículos inovadores, entende-se que estes possibilitam a formação de profissionais preparados para enfrentar, com dinamismo e competência, as demandas socioeducacionais da contemporaneidade.

2.10 Acesso aos Cursos

A FAEDI busca a formação qualitativa dos discentes para que atuem em aspectos estratégicos para o desenvolvimento da região, onde estão e estarão inseridos. O exercício da formação do ser humano nesta instituição é feito com muita responsabilidade social, especialmente com os membros do corpo discente que apresentam fragilidades de educação média e financeira para se manterem. Ao mesmo tempo, muitos alunos, independentemente de sua capacidade econômica, têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, mesmo tendo sido aprovados em processos seletivos de graduação. Os cursos superiores têm seus critérios de acesso disciplinados pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e marcos legais relativos a educação superior.

Os pontos principais que regem o acesso ao ensino superior são:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Inciso I, Art. 206 da Constituição Federal);
- Garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada um (Inciso V, Artigo 208 da Constituição Federal);
- Acesso aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo (Inciso II, Artigo 44 da LDB).

O Processo seletivo da FAEDI, está de acordo com seu Regimento Geral.

2.11 Perfil Profissional do Egresso

A formação profissional abrange três áreas, a saber: o domínio do conhecimento, a formação das atitudes e a preparação para o trabalho mediante o domínio das tecnologias e dos métodos, delineando, assim, o perfil do egresso, que corresponde às intencionalidades institucionais.

A definição do perfil profissional passa, necessariamente, pelo atendimento das exigências legais da formação, com vistas à eficácia da formação e ao seu contínuo processo de aperfeiçoamento. Assim, ao definir o perfil do egresso, a proposta pedagógica institucional

contempla as competências intelectuais, atitudinais e procedimentais que refletem a heterogeneidade das demandas sociais em relação a profissionais de alto nível. O discente está no centro das atenções, das preocupações e das decisões: ele é um ser humano, sujeito histórico em formação. Portanto, a proposta pedagógica institucional é uma política acadêmica centrada na formação do estudante sob pontos de vista gerais e específicos, ao valorizar a bagagem cultural e educacional dos alunos, auxiliando-os a desenvolver todo seu potencial.

Em decorrência do exposto acima, a FAEDI caracteriza o perfil do seu egresso como o de um profissional com sólida formação técnico-científica, crítico- reflexiva e com capacidade inovadora e investigativa para compreender a complexidade da realidade e nela intervir.

Desta forma o perfil desejado para os egressos na visão geral deverá contemplar um conjunto de habilidade, competências e atitudes, possibilitando ao aluno capacitação de:

- Buscar exercer a cidadania com ética, tendo a consciência do direito de se fazer representar e de respeitar o ponto de vista do outro;
- Demonstrar sua competência por meio da organização de ideias, do expressar-se com clareza, do domínio técnico de sua área, da habilidade para solucionar problemas e da capacidade de se relacionar com as pessoas;
- Perceber a aprendizagem como um processo autônomo, contínuo e colaborativo com vistas ao aprimoramento constante do conhecimento e sua aplicação;
- Demonstrar capacidade e flexibilidade para atuar em ambientes caracterizados pela mudança contínua, pela interdisciplinaridade e pela inovação;
- Compreender o contexto social e econômico onde estiver inserido, tendo a capacidade de tomada de decisões, visando à adequação a um mundo diversificado e interdependente;

Para atingir tal objetivo, a faculdade buscará através de sua Política de Egressos, monitorar os egressos de seus cursos através, de contatos por meio eletrônico entrevistas e encontros, fazendo estudos sobre a empregabilidade nas áreas dos cursos com o intuito de adquirir informações relevantes não só para colaborar com a colocação de nossos alunos no

mercado de trabalho, mas principalmente para acompanhar as mudanças na área, visando atualizar constantemente os procedimentos para garantir o melhor processo de ensino-aprendizagem.

3 POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS

3.1 Política de Ensino de Graduação e Pós-Graduação

A Política de Ensino para Graduação e Pós-Graduação da FAEDI, concebe como referência promover educação superior, buscando a excelência de modo a possibilitar a vivência de um processo educacional crítico e reflexivo, com visão ética e humanística, que atenda aspectos de formação específica e geral, conforme as demandas relacionadas às respectivas áreas de formação e as determinações da legislação vigente, assegurando a articulação entre graduação e pós-graduação. Nesse sentido, busca construir, disseminar e compartilhar o conhecimento para a formação de cidadãos éticos e profissionais qualificados, educando para a construção das competências ser, fazer, conhecer, conviver, fomentando a prática da responsabilidade social, de forma a contribuir com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável para promover a educação para sustentabilidade socioambiental, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão.

A FAEDI procura compreender os saberes e as competências requeridas pelo mundo do trabalho e oferecer um ensino de qualidade, direcionando as atividades do processo de ensino e aprendizagem para a formação de um profissional com pleno domínio dos fundamentos da sua área de conhecimento, com capacidade de se apropriar das inovações, de interagir com a tecnologia e de agir de forma autônoma na solução de problemas, bem como participar ativamente como cidadão na construção de uma sociedade mais justa e democrática, por meio da sua política de ensino de graduação e pós-graduação *lato sensu*, tendo como princípios básicos:

- Aprimorar os cursos e suas estruturas curriculares, orientados pela necessidade de formação continuada do indivíduo e de atendimento das demandas sociais e legais;
- Desenvolver ações pedagógicas que permitam a interface real entre ensino, extensão e iniciação científica, a fim de que se possa produzir novos conhecimentos;
- Implantar novos recursos didático-pedagógicos, buscando agregar as tecnologias à metodologia didática e facilitar o desenvolvimento do ensino;
- Garantir que o processo da avaliação da aprendizagem contemple mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido; e

- Criar mecanismos de atenção aos discentes, visando aumentar sua autoestima e motivá-los nas atividades acadêmicas.

Sua política de ensino toma por base os objetivos gerais ao ensino e outros que são interativos correspondentes a área, entre eles:

- Estimula a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico;
- Forma profissionais, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção no mercado de trabalho e participação do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Possibilita a sua formação contínua de seus aprendentes;
- Incentiva o trabalho de investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura;
- Promove a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, bem como compartilha o saber por meio de ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscita o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilita a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimula o conhecimento dos problemas do mundo presente, prestando serviços especializados à comunidade e estabelece com esta uma relação de reciprocidade;

Os cursos de graduação expressarão, nos seus Projetos Pedagógicos, o campo epistemológico próprio de sua área de conhecimento e o estabelecimento de conexões entre esses saberes, considerando-se, ainda, para a seleção dos conteúdos, os se eixos, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada curso:

- Articulação entre formação básica e profissional;
- Abordagem educacional, baseada em competências, incluindo o desenvolvimento de habilidades e atitudes, além do conhecimento;
- Desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional, criativa e empreendedora;

- Interconexão dos saberes - disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- Flexibilidade curricular e articulação entre o saber teórico e o prático;
- Indução de uma cultura de mudança e renovação.

O desenvolvimento curricular dos projetos pedagógicos dos cursos que são ofertados pela Faculdade emergem do entendimento de que o desenvolvimento da Instituição se apreende, essencialmente, no desenvolvimento de seus currículos, pois todas as ações planejadas vinculam-se ao desenvolvimento curricular. A interação, a comunicação, a relação indissociável entre teoria-prática e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação do ensino buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho do profissional.

Para o cumprimento de suas finalidades, objetivos e missão, a faculdade tem alguns pressupostos que sustentam a sua política de ensino, são eles:

- Responsabilidade e compromisso social da Instituição no processo de formação profissional daqueles que estão inseridos em realidades extremamente dinâmicas e em constante mutação;
- Formação humanística que privilegia a sólida visão de homem, como sujeito participante de uma sociedade em construção;
- Indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão. Avançar na prática deste princípio, enfocando nos projetos pedagógicos as ações que consubstanciem tal princípio na produção do conhecimento;
- A iniciação científica como princípio educativo. Entendemos que o desenvolvimento de uma postura investigativa do acadêmico seja primordial para a construção de sua autonomia intelectual, profissional e sua cidadania;
- Ser referência de qualidade acadêmica numa perspectiva de gestão escolar, democrática e participativa. A Instituição de Ensino Superior deve constituir-se como espaço democrático, buscando ouvir os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e as instituições, organizações e movimentos representativos da sociedade;

- Utilizar a interdisciplinaridade para instituir espaços e experiências interdisciplinares, alcançando a unidade do saber, com o objetivo de apontar metodologias do trabalho pedagógico que recuperem a totalidade do pensamento;

Em sua Política de Ensino a FAEDI, se manifesta no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), na concepção de ensino e aprendizagem, tomando como referência o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, concluído em setembro de 1996, com discussões nacionais e internacionais sobre educação e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

APRENDER A CONHECER	APRENDER A FAZER	APRENDER A CONVIVER	APRENDER A SER
<ul style="list-style-type: none"> • Significa não conceber o conhecimento como algo imutável, mas como algo que se constrói ao longo de toda a existência, onde quer que o indivíduo esteja. Neste processo sempre existirão sujeitos que ensinam e que aprendem, em torno de um objeto de conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer de diferentes formas, de maneira que não seja a simples reprodução e nem fique preso a formas e fórmulas de se chegar aos resultados desejados, mas, desenvolva um leque de competências e habilidades que levem o indivíduo a uma qualificação aplicada nas mais diversas situações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Isto implica colocar-se no lugar do outro, para sentir suas frustrações, angústias e desejos; compreender e valorizar as diferenças, privilegiando o desenvolvimento da cultura da paz e da colaboração. Aprender coletivamente é enriquecedor para a sociedade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a si mesmo, aprendendo a ser num constante processo de crescimento. Vendo-se como sujeito de capacidades múltiplas e como sujeito de relações, o indivíduo tem condições de desenvolver-se de maneira mais significativa.

A proposição dos pilares, precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo Institute for The Future (ITFF), um grupo ligado a University of Phoenix que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório Future Work Skills 2020 apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (ITFF, 2011):

- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se a medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (internet of things – IoT) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (big data) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;

- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (smart) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;

- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem

outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;

- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de design, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015) publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;

- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);

- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014).

É importante destacar o papel das instituições de ensino superior para o alcance das metas estabelecidas. As ações desenvolvidas pela FAEDI incluem:

- Expansão do acesso a graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso a pós-graduação lato sensu pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para a formação continuada e iniciação científica;
- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

A partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014 - 2024, é possível discutir o papel da FAEDI, enquanto instituição de ensino superior, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios da educação no mundo contemporâneo, permitindo compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: gestores educacionais, docentes, estudantes, pessoal técnico-administrativo e comunidade externa.

3.2 Política de Iniciação Científica

A atividade de iniciação científica na FAEDI deve refletir a busca do conhecimento e da verdade, pela preparação do homem integral, assegurando-lhe a compreensão adequada de si mesmo, de seu papel na sociedade e de sua responsabilidade como profissional, fortalecendo os valores da ética, pluralidade de ideias, criatividade, consciência, cooperação e sensibilidade.

Duas dimensões assumem importância vital na política do desenvolvimento da iniciação científica na instituição:

- Os problemas ligados ao interesse regional e do estado do Ceará, em particular; e
- A convivência entre a ciência e a sua aplicação.

Objetivando a formação integral do discente, foram formuladas as seguintes políticas de iniciação científica/pesquisa:

- Implantação e fortalecimento dos grupos e linhas de iniciação científica/pesquisa;
- Implantação do Programa de Iniciação Científica (bolsista e voluntário);
- Acompanhamento da produtividade de iniciação científica/pesquisa;
- Realização de eventos científicos anuais para divulgação dos trabalhos de iniciação científica desenvolvidos por discentes e docentes; e
- Publicação da produção intelectual em revista interna e especializadas.

A Instituição pretende romper com a situação de dependência, em que os discentes são meros aprendizes na utilização de conhecimentos gerados no Brasil e/ou em países desenvolvidos, com o desenvolvimento de pesquisas orientadas para a solução de problemas regionais, com a geração de impactos importantes nos segmentos e setores da sociedade cearense e nordestina, por meio dos produtos resultantes do desenvolvimento das pesquisas realizadas.

O Ensino, a Iniciação Científica e a Extensão não podem ser analisados separadamente do mundo do trabalho. É um processo que só pode ser compreendido pela integração da Iniciação à Pesquisa com a Pesquisa, no campo da aplicação do Ensino e da Extensão. Todos interagem em função das necessidades sociais e econômicas e vão ao encontro do perfil profissional, em permanente atualização, diante das demandas do mundo do trabalho.

A Iniciação Científica, nesse contexto, contempla informações a serem obtidas, a partir de dados secundários ou primários disponíveis, para a área de abrangência da FAEDI e do Estado do Ceará e que mostrem também as tendências da oferta e da demanda de mão-de-obra.

As linhas de iniciação científica/pesquisa serão definidas, futuramente, de acordo com os eixos temáticos de pesquisa e com as áreas de qualificação dos docentes pesquisadores da FAEDI, com base nos Projetos de Iniciação Científica que forem desenvolvidos na vigência deste PDI. Com o objetivo de ampliar a esfera de ação das ações previstas, serão implementadas as seguintes estratégias:

- Assinatura de convênios com instituições que permitirão aos professores a realização de cursos de pós-graduação stricto sensu nas instituições conveniadas, assim como,

desenvolver pesquisas em conjunto com essas instituições;

- Realização de seminários nos quais serão apresentados, à comunidade acadêmica e à comunidade em geral, os resultados dos Projetos de Iniciação Científica desenvolvidos na Instituição; e
- Promoção das condições necessárias para que docentes e discentes possam produzir trabalhos científicos, tecnológicos e/ou artísticos culturais com qualidade, divulgá-los em eventos e publicá-los em periódicos reconhecidos no âmbito nacional e/ou internacional.

O Programa de Iniciação Científica (IC) estruturado na vigência deste PDI, com a participação dos estudantes de cursos de Graduação em Projetos de iniciação científica/pesquisa, docente, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica, sob a orientação de pesquisadores qualificados, concretizando-se por meio do Programa de Iniciação Científica que permitirá, ainda, o despertar de vocações para a pesquisa.

Quanto à inovação tecnológica, a FAEDI entende que é o resultado da articulação entre o ensino de qualidade, a iniciação à iniciação científica/pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, as metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas pela Faculdade farão uso de recursos tecnológicos inovadores. Além disso, em algumas disciplinas, presentes em algumas estruturas curriculares de cursos a serem ofertados pela Faculdade, a temática "inovação tecnológica" será tratada. Além disso, poderá ofertar cursos de extensão que envolva assuntos relacionados à transferência tecnológica, sustentabilidade, acesso à tecnologia, e outros

3.3 Política de Extensão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96, em seu Art. 43, inciso VII, estabelece que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”.

Assim, a política de extensão da FAEDI promoverá a integração entre as atividades de ensino e de iniciação científica com vistas às demandas da sociedade, assegurando o seu compromisso social. Suas atividades serão exercidas com base em projetos desenvolvidos pelas coordenações de cursos, individualmente ou em parcerias com entidades públicas e/ou privadas, representativas da comunidade, voltadas para suas áreas de atuação.

Desta forma, a implementação da política extensionista e da responsabilidade social buscará o fortalecimento e a criação das condições necessárias para o relacionamento entre os alunos e destes com a comunidade, prestando serviços, com atuação no entorno, conforme as políticas a seguir:

- Disseminar o conhecimento por meio de cursos, conferências, seminários e demais eventos científicos;
- Articular o ensino com a extensão, com foco na educação cultural e científica;
- Estimular, entre os discentes, o trabalho comunitário voluntário;
- Priorizar o atendimento a necessidades sociais emergentes da comunidade circunvizinha;
- Promover a formação profissional, proporcionando geração de trabalho e renda; e
- Firmar acordos, parcerias e convênios com entidades e associações, visando à inserção dos alunos no mercado.

A extensão irá empenhar-se no estabelecimento e no desenvolvimento de programas, projetos e ações que resultem na socialização do conhecimento produzido e que objetivem a melhoria da qualidade de vida das comunidades com as quais interage. A extensão, com suas múltiplas ações e serviços que presta à comunidade, irá aproximar o corpo docente, tutorial e discente das questões sociais da população, propiciando aos discentes a percepção das relações entre teoria e prática, possibilitando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, encorajando-a na busca de soluções para os seus desafios.

Importante destacar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos da FAEDI, assegurarão, em suas estruturas curriculares, no mínimo, 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social, conforme estabelece o PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de

junho de 2014), bem como a Resolução CNE/CES nº7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Para fins de curricularização, a extensão estará distribuída nos PPCs dos cursos, como parte de componentes curriculares total ou parcial, de acordo com Resolução interna sobre extensão. Assim, a inclusão da carga horária de extensão estará prevista nas respectivas ementas das unidades, ou como unidades curriculares e componentes que constam no PPC e, a descrição das atividades de extensão a serem desenvolvidas e serão detalhadas no plano de ensino do respectivo componente curricular.

3.4 Inovações Pedagógicas

Os métodos inovadores para o ensino-aprendizagem estão voltados para o dinamismo, para a descoberta de habilidades, gerando motivação, capacidades com finalidades de resolução de problemas, formando profissionais prontos para o cotidiano mercadológico. O mercado de trabalho está desenhando profissionais completos em todas as áreas do conhecimento.

Na FAEDI as inovações aparecem como uma nova teoria pedagógica, uma determinada abordagem metodológica, técnicas diferenciadas de ensino, ferramentas destinadas à instrução, processos inteligentes e criativos de ensino e aprendizagem. Assim, a inovação na educação destina-se a aumentar a produtividade e a eficiência da aprendizagem e melhorar a qualidade daquilo que é introjetado como conhecimento.

Os métodos inovadores para o ensino-aprendizagem estão voltados para o dinamismo, para a descoberta de habilidades, gerando motivação, capacidades com finalidades de resolução de problemas, formando profissionais prontos para o cotidiano mercadológico. O mercado de trabalho está desenhando profissionais completos em todas as áreas do conhecimento. Sendo assim, é fundamental que a instituição perceba que o currículo de formação do profissional abrange o desenvolvimento da área cognitiva, quanto à aquisição, elaboração e organização de informações; ao acesso ao conhecimento existente; à produção de conhecimento; à identificação de diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, à imaginação, criatividade e solução de problemas.

Nesta perspectiva, tornam-se importantes as metodologias ativas de aprendizagem, aquelas nas quais o aluno é o protagonista do processo de aprendizagem e o professor, como coadjuvante indispensável, coloca seu saber e sua experiência na criação de situações de aprendizagem que privilegiem a interatividade com novas metodologias.

Em uma metodologia assim delineada, as estratégias de ensino e de aprendizagem são caracterizadas da seguinte forma:

- aulas dinâmicas socializadoras e problematizadoras;
- professor como mediador do processo;
- aluno como agente do processo de ensino e de aprendizagem: observador e reflexivo;
- uso de recursos multimidiáticos variados e pertinentes;
- aulas dinâmicas caracterizadas por: exposições orais dialogadas, debates, discussões organizadas, trabalhos individuais e em grupo (orais e por escrito), seminários, mesas redondas, visitas técnicas, estudos de caso, elaboração e realização de projetos.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As políticas institucionais estão associadas as diretrizes e princípios que norteiam a gestão acadêmica e administrativa da FAEDI e estabelecem a base para a governança institucional. É perceptível que políticas contribuem para as transformações sociais e setoriais. Este documento contém as Diretrizes das Políticas Institucionais, as quais devem, em conjunto com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), servir de base para o desempenho das atividades da Faculdade e de seus cursos.

4.1 Política de Direitos Humanos

A FAEDI busca através da sua Política de Direitos Humanos implementada, procura abranger todos os atores acadêmicos e colaboradores sendo pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), nas duas Convenções Internacionais que constituem a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, da Declaração dos Princípios Fundamentais e Direitos Trabalhistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de Maio de 2010, que “dá continuidade ao processo histórico de consolidação das orientações para concretizar a promoção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Avança incorporando a transversalidade nas diretrizes e nos objetivos estratégicos propostos, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.” Além de atender às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, conforme consta no PDI da IES.

A faculdade estará empenhada em trabalhar junto com todos, encorajando-os a garantir os princípios presentes nessa política, bem como adotarem essas práticas em seu cotidiano, procurando tecer uma sintonia entre as pessoas que estão a seu redor.

A instituição após implantação, reconhece sua importância na comunidade onde está inserida, está empenhada em criar laços com toda a sociedade para assegurar que os estaremos ouvindo e que seus direitos são levados em conta, com o compromisso de dialogar com todos sobre as questões que permeiam os direitos humanos.

A FAEDI valoriza a diversidade que existe na comunidade acadêmica (docentes e alunos) colaboradores (gestores e setores administrativos e acadêmicos), fornecedores e comunidade do entorno e suas contribuições para o sucesso da empresa educacional.

Tem um compromisso com a veracidade dos fatos, a igualdade de oportunidades e é intolerante com a discriminação e o assédio, seja ele de que espécie for (moral, sexual). Se dedica incansavelmente nas ações de prevenção a esses assédios e qualquer tipo de discriminação baseada na etnia, gênero, cor, nacionalidade, religião, idade, orientação sexual, opinião política ou qualquer forma de preconceito de acordo com a legislação vigente.

Portanto, em todas as suas dependências, a faculdade não comunga, ainda, de comportamentos desrespeitosos, incorretos e injustos. O assédio é algo inaceitável em qualquer circunstância em suas dependências. Esses princípios não se aplicam apenas aos docentes, discentes e colaboradores da instituição, mas a todos aqueles que tem parceria direta ou indireta na faculdade.

A faculdade preza pela segurança de todos aqueles que utilizam suas dependências, procurando manter suas instalações adequadas, com acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas com quaisquer tipos de necessidades. Conta com todo o suporte necessário e segue investigando quaisquer tipos de situações que podem causar perigo, identificando os problemas e os resolvendo o mais rapidamente possível.

4.2 Política de Relações de Gênero

A FAEDI preza pelo direito à cidadania, portanto, estabeleceu a política voltada para as questões de gênero no que concerne ao respeito e igualdade entre homens, mulheres e o público

LGBTQIAPN+, além do entendimento às questões de identidade de gênero e orientação sexual tendo como enfoque principal os direitos humanos.

Os grupos que influenciam as negociações com o governo, são incentivados por tendências teóricas e ações coletivas restritas, no caso do tema em foco, ao Movimento de Mulheres e ao Movimento Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), que buscam apoio na sociedade civil para afirmação de seus direitos como cidadãos.

A discussão acerca de gênero e orientação sexual surgiu a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação-PNE (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014), iniciando a construção do debate acerca dessas questões. É importante ressaltar que os conceitos de gênero e orientação sexual, são conceitos científicos, sem deixar de ter expressão política e são construídas em bases acadêmicas. Desde a década de 1970 existem grupos com cadastro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem como eixo de pesquisa e estudo a questão de gênero e a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) possuem grupos de trabalho específicos sobre educação, gênero e sexualidade.

Para promover a consciência e o respeito a essa parcela da população, a faculdade instituirá ações que se multiplicam na comunidade acadêmica e comunidade do entorno, a fim de proporcionar uma cultura de paz e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

4.3 Política de Educação Ambiental

A responsabilidade ambiental da FAEDI, busca concretizar uma política, por ser uma Instituição de Ensino Superior, no sentido de minorar os impactos ambientais causados por diversos fatores, buscando melhorar a qualidade de vida de todos (docentes, discentes, colaboradores e comunidade do entorno). A IES sabe ainda, que a conscientização ambiental em suas dependências tem um significado maior quando assume obrigações que proporcionem proteção e melhoria do bem-estar da sociedade buscando, ainda, alcançar seus próprios interesses. As ações se manifestam de diversas maneiras, seja pelo ensino, iniciação científica e/ou

pela extensão. Para tanto, é possível notar que em todas as atividades desenvolvidas pela Faculdade, existe a oportunidade, de fato, de uma benfeitoria nas condições de vida e preservação da natureza no local onde se encontra a sede e futuros polos de apoio as ações acadêmicas.

O art. 1º da Lei nº 9.795/1999, entende a educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Diante deste contexto é fundamental entender que a FAEDI agrega e exerce forte influência sobre grande número de pessoas e faz-se necessário um projeto de ações voltadas para política ambiental.

Assim, o programa sugere ações, envolvendo as áreas administrativas, de ensino, iniciação científica e extensão, capazes de se unirem ao esforço empreendido por inúmeros organismos e instituições, públicas e privadas, no processo de construção deste novo paradigma.

Para a política de educação ambiental, a Instituição promove nos seus projetos a integração dessa temática às disciplinas de forma interdisciplinar, transversal e ações de extensão, de forma contínua ou intermitente, atendendo ao disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP nº 2/2012. Na estrutura curricular, os conteúdos com temáticas ambientais são ofertados em disciplinas obrigatórias, optativas e atividades extensionistas.

4.4 Política de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A finalidade da política definida é, fundamentalmente, a promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Em consonância com os compromissos estabelecidos em sua missão, valores e visão, e alinhado com a legislação específica do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – Lei 10.861, de 14 de abril de 2004- a FAEDI cria condições objetivas para o

desenvolvimento, ampliação e consolidação de ações de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade. A Lei do SINAES, dá um indicativo sobre como a responsabilidade social deverá ser observada: “A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – contempla o compromisso social da Instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e plural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da instituição”.

Tais ações são pautadas no comportamento ético e participativo dos processos de transformação social, oportunizando que os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na instituição que possam contribuir para o enfrentamento das questões sociais e suas múltiplas configurações.

Logo, o papel da FAEDI no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social e sustentabilidade implica demarcar o lugar que a instituição ocupará na prestação de serviços e na articulação com políticas públicas e sociais.

4.4.1 Desenvolvimento Sustentável

As instituições de ensino superior no âmbito do desenvolvimento sustentável, exercem um papel articulador e antecipatório na formação de cidadãos e profissionais que atuam de modo inovador, empreendedor e comprometidos com a sustentabilidade socioambiental, destacados nos objetivos do desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Comitê de Responsabilidade Social.

Atividades devem ser desenvolvidas pelas instituições que levem a conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais na perspectiva proposta pelo MEC e coerente com a agenda aprovada em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, é detalhada no documento transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

(ONU, 2015), ela propõe a atuação em áreas vitais para a humanidade por meio da articulação dos cinco pês, criada pela ONU em 2015.

Os cinco pês dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://movimentoods.org.br/nossa-causa/os-5-ps-da-sustentabilidade/>

- **Pessoas**

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

- **Planeta**

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando

medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

- **Prosperidade**

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

- **Paz**

Promoção das sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

- **Parceria**

Determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Segundo essa agenda, a ONU propõe **17 objetivos** do desenvolvimento sustentável e **169 metas** que articulam as dimensões social, econômica e ambiental.

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

- **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- **Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **Objetivo 5:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- **Objetivo 6:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- **Objetivo 7:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- **Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **Objetivo 12:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- **Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- **Objetivo 14:** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- **Objetivo 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- **Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU



Fonte:

<https://movimentoods.org.br/nossa-causa/os-5-ps-da-sustentabilidade/>

Comprometida com a contínua melhoria qualitativa das práticas de gestão, ensino, artes, cultura e extensão, a FAEDI implanta ações voltadas para o meio ambiente, a segurança, a saúde ocupacional e a responsabilidade social e ética. Adota por meio de suas políticas e incentiva a incorporação dos princípios da sustentabilidade na cultura e no cotidiano organizacional, não apenas por meio de atividades pedagógicas, mas inclusivamente no cotidiano das relações entre os diversos atores institucionais e desses com a comunidade externa, por meio de programas, serviços e ações, diversas práticas são orientadas e estimuladas com o envolvimento de estudantes, docentes, colaboradores e corpo diretivo da Faculdade, visando atender a três objetivos:

- Cumprir com o papel Institucional em favor do desenvolvimento sustentável da sociedade;
- Possibilitar aos estudantes a percepção do propósito social incorporado em suas respectivas formações profissionais;
- Fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente acadêmico que busque a interação permanente e sistemática com a realidade social.

4.5 Política Relacionada a Educação das Relações Étnico Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A FAEDI busca através da sua Política de Questões Étnico-Raciais, elaborar planejamentos e implementando nas políticas de ensino e dentro de sua metodologia, ações que procurem trabalhar na forma de pedagogia transversal de projetos com ações previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos em atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. O tratamento das temáticas que se referem aos descendentes de africanos, nos termos da Resolução CNE/CP 01/2004, buscar a compreensão e proporcionar espaços para discussão e, por conseguinte, demanda revisão de paradigmas, transformação de padrões mentais, hábitos e culturas.

4.6 Política da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural

A FAEDI nasceu com o comprometimento de ações que visam o respeito à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são apoiadas pela sua política, que estabelece a definição para cada um desses temas, conforme segue:

- Memória Cultural: relaciona-se aos documentos que constituem a herança cultural e contêm informações sobre experiências passadas;
- Produção Artística: conjunto de obras, produtos, projetos, documentação, registros ou serviços realizados pelo indivíduo ou pelo grupo e que produz uma ação cultural ou artística. São exemplos de atividades de produção artística e cultural realizadas que serão adotadas na instituição: audiovisuais, performances,

programas para Rádio, TV e Internet, apresentações teatrais, apresentações de dança, desfiles, animações, arte digital, desenhos, filmes/vídeos, fotografias, ilustrações, intervenção urbana, pintura, apresentações musicais, trilhas sonoras, produções musicais, festivais, mostras e eventos, entre outros;

- Patrimônio Cultural: conjunto de bens materiais e imateriais, com reconhecida importância histórica e cultural, representativos da cultura de uma localidade, de um grupo ou de uma sociedade.

As diretrizes da Política de valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural constituem-se no fomento e realização de ações que promovam a valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural na sede e polos de apoio presencial como parte das atividades acadêmicas; na ampliação das ações realizadas internamente e na comunidade, incentivando, promovendo e divulgando iniciativas docentes e discentes; na viabilização das ações e projetos com apoio dos cursos por meio de eventos, projetos ou ações específicas; e na garantia de que os temas sobre memória cultural, produção artística e patrimônio cultural estejam presentes de forma transversal e articulada com os conteúdos e práticas em todos os currículos dos cursos da instituição.

No que tange aos cursos da FAEDI a garantia de que os temas relacionados à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, sejam contemplados em maior ou menor medida nos seus diferentes cursos ofertados, baseiam-se nas seguintes orientações:

- Iniciativas devem abordar a valorização da cultura como temática transversal, nos cursos de graduação, em disciplinas da estrutura curricular, em Projetos, além de ações de extensão, como cursos, eventos e fóruns de discussão;
- Melhorar a promoção da saúde e qualidade de vida, devendo constituir princípios norteadores dos currículos e práticas pedagógicas, permitindo a incorporação transversal dos princípios da sustentabilidade, com exploração de interfaces entre arte e cultura;

- Incorporação de temas e casos vinculados à memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

A referida política preconiza a ampliação da consciência a respeito da Memória Cultural no âmbito de toda a comunidade acadêmica, inserindo o tema em discussões que abordam a herança cultural e informações sobre experiências passadas; o desenvolvimento da consciência a respeito do Patrimônio Cultural no âmbito de toda a comunidade acadêmica, inserindo o tema em discussões que abordam o conjunto de bens materiais e imateriais, com reconhecida importância histórica e cultural, representativos da cultura local e da sociedade na qual a instituição está inserida;

4.7 Política Relacionada aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A FAEDI busca através da sua Política de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista O Transtorno do Espectro Autista (TEA), que é um distúrbio do neurodesenvolvimento, estudado há décadas pela ciência, em todas as partes do mundo, que mobiliza multiprofissionais engajados em explicar as lacunas e as incongruências ainda existentes sobre esse distúrbio. Dados mundiais apontam um aumento considerável de casos diagnosticados, servindo como informações que contribuem para que o assunto deixe de ser apenas da área acadêmica e passe também para o domínio público.

Nos últimos anos, as políticas públicas para a educação inclusiva no Brasil têm obtido avanços significativos. Para exemplificar esse cenário, podem-se citar os diversos levantamentos estatísticos constituídos pelo Censo/MEC que informam que na última década o Brasil apresentou um crescimento importante nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular.

Ciente de sua responsabilidade frente a este cenário, a FAEDI constituiu, a partir do seu PDI para o quinquênio, firmes políticas serão colocadas em prática a partir do próprio dimensionamento da sua infraestrutura.

Porém, há que se ressaltar que há níveis e processos de inclusão que devem ter especial atenção devido as suas características singulares. Nesse contexto, destacamos a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que prevê a proteção dos direitos das pessoas com transtorno autista.

Partindo-se dessa nova regulamentação e proposta inclusiva, o Conselho Superior da instituição, em diálogo com o Núcleo de Atendimento ao Discente (NAD) e o seu Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, centrs-se em refletir sobre propostas relacionadas às tendências de inclusão no Ensino Superior, pois, se por um lado houve avanços importantes nos processos inclusivos nos ensinos fundamental e médio, as discussões a respeito da inclusão de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior brasileiro ainda são incipientes quando implementada,

Primeiramente, há que se ressaltar que o transtorno autista ainda é um gênero de necessidade que tem suas propostas e discussões limitadas ao âmbito governamental e acadêmico. Nesse contexto, as publicações ficam restritas aos especialistas da área de psicologia, pedagogia, psiquiatria e neuropsiquiatria, ou seja, não disseminando ou sendo passível de implantações de programas e ações práticas em nível de inclusão escolar, principalmente no que tange ao Ensino Superior.

Além disso, este cenário de fraca inclusão das pessoas autistas também está determinado pelo índice de destaque no processo de privatização do Ensino Superior, afinal de contas as regulamentações acerca desse tipo de inclusão nascem essencialmente há dois anos com a promulgação da Lei que já citamos.

Assim, a política se justifica, principalmente, em razão da necessidade emergencial de amadurecimento e de difusão dessa prática inclusiva que, até então, sequer fazia e faz parte da realidade de muitas instituições, principalmente no âmbito privado.